



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA.

PRESIDENTE: CAMILO CRISTÓFARO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 21-11-2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Boa tarde. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Trânsito, Transporte e atividade Econômica, declaro abertos os trabalhos da 4ª audiência pública, do ano de 2022, convocada para hoje, 21 de novembro de 2022, para debater, conforme o Requerimento nº 18/22, de autoria do Vereador Camilo Cristófar, o seguinte projeto:

“PL 130/2019 – Autores: Ver. OTA (PSB); Ver. ZÉ TURIN (REPUBLICANOS); Ver. CAMILO CRISTÓFARO (AVANTE) – Altera a Redação dos Artigos 2º, 3º, 6º, 8º e 13, da Lei 14.491, de 27 de julho de 2007, que regulamenta a atividade de transporte de pequenas cargas denominado motofrete. Inclui na lei o microempreendedor individual e as plataformas digitais de agenciamento e intermediação de frete, além de exigir a contratação em carteira para a validade da licença concedida a mais de um condutor, para o mesmo veículo da frota da empresa”.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, *link* Auditórios Online.

Além dos Vereadores e do público em geral, foram convidados a participar desta audiência, os representantes da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes; DTP; CET; Ministério Público e empresas de entregas iFood e Lag. Que eles não iriam participar, isso a gente já sabia. Agora, o Secretário Ricardo Teixeira havia confirmado... (Pausa) Está chegando.

Então, estão presentes a Sra. Mariana Santana Pereira, representando o Sr. Ricardo Teixeira, Secretário de Mobilidade e Trânsito; Sr. Marcos César Santos Simões, Departamento de Transportes Públicos; Sr. Edgar Francisco da Silva, Gringo, da Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil – Amabr; Sra. Patrícia Bezerra, Diretora Jurídica da Associação dos Entregadores por Aplicativos.

Desde 2018, nós estamos tentando regulamentar a categoria de motofretistas desta cidade, o que é algo muito delicado, porque, na verdade, conflita com muitos interesses, o que é nítido. Já foi, já voltou. O Prefeito Bruno Covas, há época, não estava muito a favor. Tenho conversado com o Prefeito Ricardo Nunes. Eu acho que a grande vitória para a categoria seria

a movimentação de vocês com os Vereadores da Comissão de Trânsito, com os Vereadores que querem uma regulamentação da categoria com o Poder Público. Aqui é um poder legislativo. Nós temos de conversar com o Poder Executivo. Eu não sinto boa vontade no Poder Executivo. Eu não sinto boa vontade no Poder Executivo.

Quando a gente vem falar da placa vermelha, o que acontece? Começa um grande conflito. Vamos falar em um número mais..., vamos falar em 500 mil, 400 mil, 300 mil, 200 mil, vamos falar em 100 mil motofretistas, que eu acho que é muito mais nesta cidade. Dez mil querem a placa vermelha. Muitos não querem a placa vermelha. Mas isso também não impede que a regulamentação da categoria ingresse tanto a placa cinza como a placa vermelha. Eu acho isso muito importante. E o mais importante de tudo é o custo para o motofretistas. Quem vai bancar esse custo do motofretistas? Porque não é barato uma MEI. Não é barato você ter o baú, que hoje em dia, por causa da segurança pública... Inclusive é uma reunião em que o Gringo esteve. Quem mais esteve na reunião com o Estado, com a Secretaria de Segurança Pública? Nessa reunião, falaram sobre os assaltos, os furtos, com pessoas... Eu digo pessoas, porque não são os motofretistas, com bandidos que usam motos para assaltar, roubar e matar. Então, o baú, na verdade, ajudaria muito tendo nele a placa da motocicleta, tendo..., certinho, regulamentado. Seria muito bom. A nossa lei é um embrião. Da nossa lei, podem ser colocadas muitas emendas, muitas coisas que tragam benefícios aos motofretistas da cidade de São Paulo. Isso é muito importante dizer para vocês.

Vou passar a palavra ao Vereador Marlon e, depois, vamos começar uma conversa com todos.

O SR. MARLON LUZ – Obrigado, Vereador Camilo, hoje, presidindo a audiência pública.

Mais uma vez, Vereador Camilo Cristóforo, gostaria de parabenizá-lo por propor esta audiência pública. Acho que é um tema relevante em relação à necessidade, hoje, do Município de São Paulo.

Fazendo um comentário um pouco fora do contexto aqui, mas o pessoal de Minas

Gerais estava me falando que lá a Uber colocou a Uber Moto, mesmo sendo proibido, na cidade, o mototáxi. E já morreram, até, 13 passageiros de Uber Moto. Então, eu estou com muito receio de a Uber começar a vir aqui e simplesmente enfiar a Uber Moto aqui na Cidade, contrariando, inclusive, as leis municipais.

Então, eu acho importante a gente sempre tratar da melhoria aqui, para...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARLON LUZ – Eu estou com a palavra, por favor. Mas, na Grande São Paulo, mas não na cidade de São Paulo. Mas eu estou com receio de ela chegar e fazer isso na cidade de São Paulo.

Eu tenho algumas considerações, inclusive, sobre o projeto, bem pontuais mesmo, preocupações minhas, reais que eu gostaria de comentar mais à frente. Mas gostaria de dar as boas-vindas a todos, inclusive ao pessoal do Executivo que está aqui, hoje, também. E é isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Obrigado, Vereador.

Realmente o projeto foi muito enxuto e este é o exato motivo pelo qual estamos debatendo, porque eu vou voltar a dizer para vocês: eu não vejo boa vontade, no Poder Executivo, em regulamentar a categoria. Antes da eleição era uma coisa. Após a eleição... Isso para eles. Para mim, não teve nem antes, nem depois. Eu estive com o Gringo no Palácio dos Bandeirantes, com o então Governador Márcio França que, naquele momento, de imediato, aumentou de 5, 6 mil para 13, 15 mil reais o financiamento das motocicletas para vocês. Foi em uma canetada.

Então, o Executivo faz assim: o Governante ou faz ou não faz. Não fica no modo “tucano” de ser. Por isso que eu digo para vocês: nós vamos, sim, marcar uma reunião com os representantes, com o Prefeito de São Paulo, porque ele tem de nos dar uma posição. Isso porque não adianta também o Poder Legislativo ficar lutando, ficar lutando, ficar lutando - e isso na CPI dos Aplicativos nós fazemos tanto... Porque nunca os aplicativos apanharam tanto na vida: denúncia em Ministério Público, denúncia em um relatório final que nós estamos

preparando. Enquanto vocês estão indo entregar, vocês servem. Depois que vocês entregam, vocês não servem nada. Vocês não têm uma garantia. Vocês não têm um seguro. Vocês não têm um plano de saúde. Vocês não têm uma regulamentação. Agora, todo mundo precisa do motofretistas, isso que eu acho engraçado. Todo mundo precisa do motofretista, seja o cidadão que mora na comunidade, seja o cidadão que mora no Jardim Europa; seja ele o microempresário, como o grande empresário: “Chama o *motoboy*. Chama o *motoboy*. Chama o *motoboy*”. Engraçado, né. Mas na hora de ir a favor desses meninos, de vocês, de todos, todo mundo já fica na dúvida: “Ah, placa vermelha”. Até o Marlon estava discutindo comigo, há um tempo, comentando exatamente sobre a placa vermelha. Porque muitos também não querem sair da placa cinza. E, aí, eu tenho uma discussão, há muitos anos, com o Gringo, há muitos anos, que é uma pessoa que é exclusivamente da categoria, nós temos de reconhecer. É exclusivamente. O Gringo defende a categoria. O Gringo não é Camilo. O Gringo não é Ricardo Nunes. O Gringo é a categoria. Isso é muito importante dizer, quando a gente fala. Infelizmente, o Gil não está aqui. É uma pena, porque é uma discussão aberta. Chama-se audiência pública para isso mesmo.

Vamos começar pelas senhoras aqui presentes. Eu queria ouvir a Mariana Santana Pereira Santos, Técnica em Processos Administrativos da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes. Fique à vontade. O microfone é seu.

A SRA. MARIANA SANTANA PEREIRA SANTOS – Boa tarde.

Obrigada a todos pela oportunidade. Estou aqui representando o Secretário de Mobilidade e Trânsito, o Sr. Ricardo Teixeira e também o Secretário Executivo de Transporte e Mobilidade Urbana, Dr. Gilmar.

O que eu gostaria de falar é que é uma categoria que o Poder Executivo está trabalhando muito em cima, tanto que a Prefeitura de São Paulo, no Plano de Segurança Viária, no item 39, discorre sobre o respeito à vida, determinando que temos de reduzir a quantidade de mortes no trânsito. É um projeto da Prefeitura de São Paulo, baseado no Visão Zero. E o item *h*, especificamente fala do programa de regulamentação dos motofretistas. Este plano está em

andamento. Tem um trabalho em conjunto com o Estado de São Paulo, Detran, Secretaria e Departamento de Transportes Públicos, e a ideia é fazer com que esses motofretistas tenham mais facilidade na regularização dos seus procedimentos.

Hoje, pela Lei 14.491/2007, que está sendo discutida aqui, são obrigatórios dois documentos para o profissional motofretista: o Condumoto e a licença. Então, esses documentos, nós vimos, fizemos um fluxo da jornada do cidadão. Até que ele tenha esses documentos, é um fluxo intenso que a gente está tentando reduzir, inclusive redução de taxas, por parte do Detran, para que essa regularização seja fomentada e ocorra em um prazo mínimo possível.

É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Eu acho que nós temos de pensar também não só em dar deveres para eles, como dar direitos para eles, viu, Mariana. Eu acho que é muito importante. “Tem de ter o Condumoto. Tem de ter o documento. Tem de ter a habilitação. Tem de ter não sei o quê. Tem de ter a jaqueta. Tem de ter não sei o quê”. Mas nós temos de dar também direitos a eles, porque é muito importante. Pode até conversar comigo, não tem problema. Eu acho muito importante isso, que tanto o Gringo discute, que tanto a gente hoje está tentando defender, que eles tenham direitos. Porque até a nossa lei chamaria Tiago, porque eu não sei se você participou de uma reunião que eu comentei aqui. Esse moço Tiago foi entregar um produto em um prédio e ele teve uma parada cardíaca no local. E simplesmente o aplicativo disse assim: “Troca o Tiago pelo Camilo. Já põe o Camilo aí. Manda ele tratar o serviço”. E o Tiago? Então, na verdade, é descartável. Isso que nós precisamos acabar, com essa visão sobre o motofretista. O motofretista não é descartável. Hoje, em uma cidade como São Paulo, os motofretistas são as pessoas mais importantes para a mobilidade da Cidade. E os motofretistas mudaram muito, mudaram muito. Eu tenho ouvido muitas pessoas que diziam assim: ‘Ah, eles chegavam e quebravam o espelho do carro, chutavam o carro’. Hoje, a categoria, hoje, eles mudaram muito, muito, muito. Hoje, eles fazem o seu serviço. Hoje, tem a faixa azul, você acompanha a faixa azul. Eu tenho acompanhado muito isso. Eu fui

Superintendente e Presidente da CET. Eu tenho acompanhado muito a faixa azul. Eles têm obedecido tremendamente onde tem a faixa azul. Nós temos de ter faixa azul em vários... Eu não vou dizer na Cidade inteira, porque eu seria mentiroso e oportunista, mas em grandes avenidas a faixa azul seria muito importante, porque a faixa azul dá segurança, agilidade, rapidez. E, aí, o motorista de carro, como o motofretista, também não pode mais justificar o “nós contra eles”. É o contrário. Todos fazem parte do trânsito da cidade de São Paulo.

Eu queria ouvir também a Patrícia, Diretora Jurídica da Associação dos Entregadores por Aplicativos. Patrícia, por favor, nos explique o que significa a comissão da Associação dos Entregadores e, por favor, a palavra está com você.

A SRA. PATRÍCIA BEZERRA – Boa tarde a todos.

Vamos lá. A nossa comissão, até respondendo à pergunta do Vereador, tem a missão precípua de privilegiar e de deixar claro o trabalho, o direito do trabalho a todos, sem essa especificação, que a gente sabe que existe, que vocês falam que é o motofretista, o entregador. A nossa principal bandeira é o trabalho.

Então, eu vou tentar... e, aí, claro que a nossa comissão, como até mesmo o Vereador falou, que a este projeto cabem emendas, que a este projeto cabem as nossas reivindicações. Então, eu vou começar falando um pouquinho sobre trabalho, sobre o que é trabalho e o que está na Constituição Federal. Mesmo estando em uma Casa Legislativa municipal, nós temos que, óbvio, seguir o regramento federal. E, depois, eu vou passar à leitura, rapidamente, de algumas propostas que a nossa Comissão trouxe para os entregadores. E, claro, vou formalizar a proposta tanto para o Vereador quanto para a Comissão, para que possa fazer parte e ser discutida. Estamos aqui para discutir e ver a melhor forma de regulamentar. Deixar muito claro, não somos contra o PL, só achamos e acreditamos que há algumas questões que não foram contempladas. E isso é normal, precisamos discutir, e esta audiência pública é justamente para trazer as discussões.

Vou falar um pouquinho, trazer o Art. 7º, da Constituição, que fala justamente da proteção do trabalho e algum vínculo de emprego, que toda pessoa tem direito ao trabalho, à

livre escolha de emprego, condições justas e favoráveis, e a proteção contra o desemprego. Então, claro que a nossa Constituição trouxe essa proteção ao trabalhador e é nisso que precisamos pensar.

Também trago o Art. 193, da Constituição, que fala da ordem social e do princípio do trabalho como base e bem-estar da justiça social. Acreditamos que este lugar, a Casa Legislativa, é para isso, é para assegurar o direito a todos os munícipes, seja ele entregador, seja motofretista, seja o que for. É aí que precisamos pensar.

Também, claro, até peguei um artigo do Regimento da própria Casa, dizendo o que é um pouquinho a função do Vereador. Acho que ninguém fala isso aqui, de modo geral, enfim, os Vereadores sabem muito bem disso. E o que eles têm como principal bandeira é propor à Câmara as medidas que julgar convenientes ao interesse do Município, ao bem-estar e impugnar as que pareçam contrárias. Então, eles têm o dever que cumprem muito bem.

Fazendo essa primeira parte, essa introdução, não sei se lembram alguns artigos desse PL, mas vou trazer de forma resumida as propostas que a nossa Comissão traz de emenda a este projeto. A primeira proposta é liberar a permissão de uso para os entregadores, para o aplicativo, a partir de 18 anos. Sabemos que o regulamento do Condomoto é de 21, só que acreditamos que se esse indivíduo já pode com 18 anos exercer a sua representatividade e responder até criminalmente, porque ele não poderia também. Então, achamos que essa exigência de 21 deve passar para 18. É uma das primeiras questões que trazemos. Pergunto a todos aqui, o que vamos fazer com quem tem menos de 21 anos e os entregadores de bike. Então, aí que precisamos fazer essa ressalva.

Outra, seria retirar a carência de dois anos na categoria “A” da Habilitação. A nossa sugestão é que seja feito, claro, ele tira a categoria “A”, mas que os próprios órgãos, como o Detran e a CET, ministrem cursos periódicos para que possam ter essa especificação. Não precisaria esperar esses dois anos.

Pedimos também a inclusão de todos os modais de entrega no PL, que são as bicicletas, o que não está contemplado. Também fazemos um pedido em relação à seguridade

social, porque os entregadores não têm uma segurança. Então, pedimos que as plataformas garantam a seguridade social dos entregadores com plano de previdência para a ocasião de aposentadoria ou acidente. Precisam ter esse resguardo.

Nossa outra proposta, exigir que as plataformas ofereçam também um seguro de acidente integral e não intermediário. Hoje em dia, o seguro é aquele famoso liga e desliga, que só vale quando está entregando lanche. E não é bem assim, a proteção tem que ser integral. Pedimos isso também aqui.

Obrigar que as plataformas disponibilizem espaço de conforto para higienização, descanso e abrigo para os entregadores nas dependências da loja, pontos e praças. Eu vejo, porque também peço, vejo em shoppings, não tem nenhum espaço. Essa é uma questão primordial que também poderia ser englobada nesse projeto.

O item oito, último item que trazemos como uma proposta, é que as plataformas estabeleçam o direito de defesa. Os entregadores são cortados, bloqueados e não podem falar absolutamente nada. E isso também – vou chamar lá atrás -, na Constituição todos têm direito à defesa. Então, tem de ter algum tipo, não sei, sistema, que os entregadores possam antes de serem bloqueados terem o direito à defesa, dizer por que, explicar. Isso não pode ser assim. Antes que tenha bloqueio, antes que tenha outro tipo de questão.

Finalizando, trouxe as propostas, vou formalizá-las via ofício para os Vereadores e para a Comissão, para que sejam estudadas. A nossa Comissão está aqui para construir, para agregar, então, gostaríamos também de estar nas discussões futuras ajudando na construção dessas possíveis alterações que trazemos. São alterações com base no dia a dia, estão presentes os entregadores que vão falar também. É o que eles passam e é o que precisamos pensar.

Por último, aquilo que falei no início, o que vamos fazer com esse pessoal com menos de 21 anos. Essa é a nossa pergunta. Precisamos fazer um estudo de impacto sobre o que vai acontecer. Então, se regulamentarmos dessa forma, o que vai acontecer, vão ficar sem o trabalho? Porque no próprio PL entendemos estar claro que somente quem tem essa

regulamentação proposta aqui poderá ser contratado pelas plataformas, entre aspas, isso está no PL. Então, fazemos essa ressalva a todos.

Não vou me alongar mais, quero agradecer ao Vereador Camilo Cristóforo, por nos ter deixado falar hoje. E agradecer vocês por nos terem ouvido, dizer que a nossa Comissão está à disposição, queremos construir junto nesta Casa Legislativa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristóforo) – Patrícia, você esteve, você está e você sempre participará de tudo referente, para que consigamos chegar numa lei que não vai agradar a todos - nem Cristo agradou a todos -, mas que agrade a maioria.

Quero pedir desculpas ao Vitor Magnani e o convido para compor a mesa conosco. O Vitor representa o Movimento de Inovação Digital.

Informo que as inscrições estão abertas com o Fabio.

Tem a palavra o Sr. Vitor Magnani.

O SR. VITOR MAGNANI – Primeiramente, muito obrigado a todos e todas aqui presentes. Agradeço o convite para a audiência, Vereador Camilo, que faz um excelente trabalho, não só na CPI dos ERBs, mas também na CPI da Pirataria, acho que o propósito de melhorarmos diversas situações que até hoje não foram resolvidas é o que devemos enaltecer. O projeto de lei, de autoria do Vereador Camilo Cristóforo, tem um propósito muito grande, o de garantir mais segurança para os entregadores, motofretistas, o nome que queiram dar. E outras ações também que vem desempenhando aqui na Câmara Municipal.

Agradecer também ao Vereador Marlon Luz, é uma voz realmente única no Brasil, eleito pela categoria dos motoristas de aplicativo, que veio antes dos aplicativos de entrega e já tem uma representação na maior Casa Legislativa Municipal da América Latina. E também agradecer outros Vereadores que fazem parte das discussões desse projeto, como o Vereador Adilson Amadeu, que preside a CPI das ERBs.

Antes de mais nada, represento uma Associação que tem mais de sete anos de existência, então, a associação mais velha dos aplicativos. Hoje, temos 172 associados, não só

de aplicativos que tem a ver com entrega, mas também aplicativos de saúde, de agronegócio e outros tantos.

Dentro desse segmento de entrega diretamente falando, temos um pouco mais de 20 associados. Obviamente que alguns aplicativos, principalmente os líderes, não estão conosco por diversas questões, mas também quero me apresentar. Meu nome é Vitor Magnani, nasci e fui criado na Vila Ré, entre a Itinguçu e o Tiquatira, sou filho de professores, acabei dentro do segmento de tecnologia porque acabei investindo na educação, meus pais também me incentivaram bastante dentro desse processo. Então, saibam que não vim de um lugar abastado, que tinha muitas coisas, tive que ralar, meus pais ralaram muito, atrasaram muito a mensalidade para investirem nessa educação que tenho hoje.

E no decorrer de todo esse processo, de todos esses anos, uma coisa ficou bem clara quando falamos do motofrete. O motofrete foi regulamentado, do ponto de vista federal, em 2009, quando não tínhamos os aplicativos de entrega, mas tínhamos pizzaria. Acho que todos lembram, os pais de vocês lembram de pedir por telefone mesmo uma pizza, uma esfiha. De lá para cá, nem esses entregadores, motofretistas, ficaram regularizados. Ou seja, ter a placa vermelha, uma moto branca, o famoso protetor de perna e antena corta pipa, pagando todas as guias da Prefeitura.

Então, já era um problema anterior, não é um problema da inclusão desses aplicativos. E tem uma questão a mais, mesmo os correios, uma empresa pública, também não tem placa vermelha. O fato é que essa legislação precisa ser revista. Acontece que a regulamentação aqui no Município obedece a esse ditame federal, a Lei 12.009. Então, se queremos realmente promover uma verdadeira mudança, vamos ter que ver também lá no federal, porque sem mexer na lei federal como vamos trazer um outro ambiente para a cidade de São Paulo. Não será possível.

Mas vamos falar um pouco sobre o que está por trás de toda essa discussão, porque senão vamos ficar falando das entrelinhas, do micro, do projeto de lei do Vereador Camilo, do projeto de lei da Comissão de Trânsito e Transporte, ou qualquer outro projeto que venha, o

projeto do Vereador Marlon Luz, que estão tramitando aqui na Casa e em tantas outras casas legislativas. O pano de fundo dessa discussão é segurança, o Gringo, que é uma grande representação, talvez a única, pelo menos que eu conheço, que tem uma legitimidade real, tem base, tem muita gente acompanhando o Gringo. Vocês estão aqui também em virtude desse trabalho do Gringo, mas obviamente há outras associações, sindicatos, com bastante legitimidade para tratar do assunto. Mas o Gringo, sem sombra de dúvida, é um cara que movimenta bastante porque traz benefícios para vocês. O Gringo deve falar também um pouco disso que vou comentar.

O pano de fundo dessa discussão é a segurança. Quando falamos de motofrete é porque o motofrete existe para garantir mais segurança. E não é uma segurança somente para vocês, é para todos os cidadãos da Cidade e do país. O meu avô era metalúrgico, trabalhava no ABC, e basicamente o que me falava, uso para o resto da vida, que a minha liberdade termina onde começa a tua. Então, nós temos responsabilidade sim por criar esse ambiente mais seguro. Se não criarmos juntos não tem como.

Só que desde 2009, quando foi regularizado o motofrete, até antes, esse assunto já existia. Na época, lembro que os grandes vilões da discussão, imprensa, nesta Casa Legislativa, nas prefeituras, em âmbito federal, eram as montadoras, que vendiam muitas motos, tem muito acidente porque tem muita moto. Bom, as montadoras não deixaram de vender as motos, ajudaram na qualificação com algumas ações e aí vieram os aplicativos. O que os aplicativos fizeram? Escalaram esse modelo, ou seja, geraram oportunidade para que muitas pessoas que não tinham acesso à renda obtivessem.

O que acontece no Brasil e em outros países não acontece muito, pelo fato de termos muitos habitantes, muitas empresas e passarmos também por um período de dificuldade econômica, que estamos vivendo, muitas pessoas felizmente ou infelizmente, depende do prisma que se olha. Eu acho que, felizmente, tiveram nessas plataformas, e não é só de entrega, todas as outras, tem desde manicure, cabeleireiro, massagista, carpinteiro, funileiro, tem plataforma para tudo isso, essas novas tecnologias geraram oferta de trabalho. Então, o que

antes era muito difícil de conseguir, por exemplo um motofretista bater na porta de alguma casa e entregar um cartão, ou de algum estabelecimento comercial, para conquistar o cliente, esses aplicativos fizeram assim: “Eu vou reunir todo mundo que tem interesse nesse serviço e vou disponibilizar para as pessoas usufruírem”, Então, quem quer fazer atividade de entrega tem essa possibilidade. Isso, em meados de 2015, 2016. Ou seja, foi ontem.

Veio pandemia, veio o pico de entrega, mas agora vem diminuindo e a gente está num cenário muito preocupante que eu quero que vocês saibam para, daí, a gente voltar para a grande discussão de segurança, porque não adianta trazer outros temas que não sejam seja segurança, sob pena de perder tempo ou de vender algum sonho para vocês, porque não é possível resolver todas as questões no município.

O quadro é muito preocupante, porque poucos vendedores, seja de comida, seja de produtos do varejo, estão se digitalizando ou sabem desse processo de venda *on-line*. Eu vou dar um exemplo para vocês: eu posso ter duas lojas, sendo uma loja em São Paulo e uma loja em Recife. A de São Paulo está vivendo no digital, a de Recife, não. É capaz do vizinho da loja de Recife comprar de São Paulo. Se essas duas lojas estão vendendo o mesmo item, então quer dizer que quem aprendeu a vender no digital está pegando mercado de quem não está no digital. Isso aconteceu nos Estados Unidos: muitas empresas começaram a falir.

E onde estará a oferta de serviço para tantas pessoas, tantos entregadores? A gente não sabe para onde vai. Então, a gente está vivendo tanto do ponto de vista da situação atual, mas é uma tendência, se realmente a gente não conseguir transformar digitalmente os negócios para gerar oferta de serviço para vocês, um quadro muito preocupante de menos entrega.

Mas estou falando isso na iminência de uma Black Friday, que é a época do ano em que mais se ganha dentro dessas plataformas. A gente tem entregador que ganha muito, se eu for comparar com toda a população brasileira, nessa época do ano que a gente está falando. Mas após, vocês sabem que dá uma diminuída. E se a gente não conseguir transformar digitalmente o varejo, será preocupante.

Como é que a gente trabalha esse ambiente de segurança? Neste ano, muito se

avançou em virtude do trabalho do Gringo, do Camilo, da CPI dos Aplicativos e do Detran. Então, vou citar algumas situações que melhoraram essa questão da segurança não só de vocês, mas de toda a população: o Detran conseguiu um curso de graça. O curso do motofrete foi zerado. O Detran de São Paulo abriu mais de 20.000 vagas, e foi trabalho do Gringo, com custo zero.

Quantos motofretistas, entregadores, foram fazer o curso? O último número que eu tenho foi abaixo de 1.000, muito pouco. Então precisa de conscientização. Existe um curso de qualificação, mas a gente precisa se conscientizar, é um curso gratuito, que o Detran está custeando.

Este ano, a gente também conseguiu outro feito: o Detran, junto com o Sebrae, ofereceu uma bolsa de R\$ 1.000,00, a título perdido, para quem fizesse a qualificação do motofrete e um curso do Sebrae. Foram oferecidas mais de 20.000 vagas. Quantos motofretista, entregadores, fizeram o curso para ganhar R\$ 1.000,00, a título perdido? Menos de 1.000 novamente.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Licença, doutor, desculpa. Foram 7.000 que ganharam a bolsa para fazer o curso de motofrete.

O SR. VITOR MAGNANI – O Gringo tem os dados mais atualizados.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Vamos lá, Vitor. Vamos terminar a sua explanação, que é muito boa.

O SR. VITOR MAGNANI – Fato é que instrumentos estão sendo dados. Agora a gente precisa utilizar esses instrumentos, ações já foram desenhadas. E aí, para finalizar, a Prefeitura está num caminho positivo, o Executivo também está num caminho positivo, porque a gente está debatendo isso num grupo de trabalho, do qual as pessoas aqui presentes fazem parte, para ter um cadastro da Prefeitura Municipal desse entregador, motofretista, moto entregador, o nome que irão dar.

Por que isso é importante? Porque se eu sei o número de profissionais que estão atuando na Cidade, eu consigo ver o quanto de orçamento público preciso investir. Sem isso, eu a gente vai chutar.

O próximo avanço é justamente a gente entende quais são os gargalos dentro das competências do Município para avançar. Um grande gargalo que já foi falado é o custo. Não são só as taxas da Prefeitura. Por exemplo, se você for comprar um baú, tem desde R\$ 200,00 até R\$ 400,00. Se você comprar um protetor de perna, vai gastar R\$ 250,00. A antena cortapipa, R\$ 20,00.

E quanto vai custar essa regularização para vocês? Porque ainda tem o tempo de dedicação para fazer aula teórica e aula prática. Para quem está precisando de renda para levar o sustento para a família, como isso vai funcionar? Então, o tema é complexo mesmo, precisa ser mais discutido. Não dá para a gente chegar e falar “é motofrete para todo mundo”, porque a Prefeitura não está preparada para atender todo mundo, tem que preparar a aula prática, a gente precisa saber qual o número desses profissionais. É isso.

Eu quero agradecer a oportunidade e sempre estarei aberto a discutir com vocês, para justamente fazer o meu trabalho, que não é vir e falar tudo o que eu escuto das empresas, mas também chegar num pensamento que realmente é responsabilidade. Quem tiver que mudar, da iniciativa privada, tem que mudar; quem está cadastrado também tem que adaptar, todos nós temos que adaptar. Vamos encerrar na história deste país o berro, o grito, a gente precisa realmente sentar e traçar um cronograma de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – E a que visão: nós contra os outros. Ninguém aguenta mais isso.

Obrigado, Vitor, pelas colocações que estavam até fora do âmbito e você se posicionou muito simples, muito singelo, muito tecnicamente, números muito bem colocados.

Eu gostaria de falar que vaidade, poder, sucesso, isso não me atinge. Essa lei tem que ser de todos, nós temos que fazer a lei acontecer, seja ela do Camilo, da Comissão. Não existe a lei do Camilo, existe a lei dos Vereadores, a lei da Comissão de Trânsito, que nós lutamos tanto para fazer. Então, não existe essa vaidade: “É minha”, é eu, tu e ele; é nós, vós e eles.

Enquanto a gente ficar nessa “é minha, é minha, é minha, é minha”, já se foram

quatro anos e vão passar mais quatro anos, mais quatro anos e mais milhares de vidas, que eu só vejo notícia ruim referente à vida do motofretista desta cidade, só notícia ruim.

Eu não vejo notícia boa de que o motofretista conquistou, conquistou, conquistou, é só de que ele sai de casa às 6h da manhã, chega meia-noite, vai tomar banho, já está se levantando de novo, já está saindo de novo. Até se diz que o cachorro morde quando ele chega em casa, porque o próprio cachorro não conhece mais o motofretista, porque ele não fica em casa e o cachorro não sabe mais quem ele é. A gente sabe que ele trabalha, trabalha.

Eu sei o trabalho que o Gringo faz, porque as pessoas vêm me entregar pedido de comida e falam “Ah, você é o Camilo. O Gringo fala, o Gringo fala”. Então, a gente sabe o trabalho que o Gringo faz, é um trabalho para vocês. O Gringo não faz politicalha, o Gringo faz política.

Tem a palavra o Vereador Adilson Amadeu, Vice-Presidente da Comissão de Trânsito.

O SR. ADILSON AMADEU – Boa tarde, senhores. Eu acompanhei o finalzinho da fala do Sr. Vitor Magnani e todos que já foram mencionados, na Mesa, e dois assessores meus estão acompanhando o grupo de trabalho, também temos dois PLs na Casa que acredito que, se bem elaborado e com a colaboração de todos os senhores, vamos chegar a um momento e que realmente os senhores tenham a condição de cobrar do Município o trabalho que os senhores fazem.

Sem o trabalho dos senhores hoje, se os senhores cruzarem os braços, fica difícil para o comércio geral. Eu percebo assim. Agora, é lógico que o nobre Vereador Camilinho, o Marlon também já deve ter falado alguma coisa; também o Gringo, que representa uma parte dos senhores; e sindicatos e associações, que se não houver um pouquinho de união e sabedoria os senhores vão patinando, patinando, e nada vai acontecer.

Há uma disposição, e não é do Vereador Adilson Amadeu, não é do Marlon Luz, não é do Camilinho, é desta Casa. Quem nunca pediu alguma coisa, o motofrete chegou perto e rápido. É uma loucura o dia a dia de vocês, não precisa falar que a gente vê de perto. Então, há algumas coisas que precisam ser definidas.

Eu gostaria que os senhores me falassem se, de todas essas reuniões de trabalho que estão acontecendo, os senhores recebem as informações precisas rapidamente. As Comissões não recebem? Nenhum recebe? Então não vamos conseguir levar adiante nada de bom para os senhores, porque quem conhece o dia a dia do trabalho são os senhores. Eu, pelo menos, procuro fazer o melhor sempre para todos os segmentos que chegam a esta Casa, eu sou um parlamentar e quero ouvir todos. Se não der para ouvir todos, mas uma boa parcela do trabalhador, que passem para nós as necessidades e o que pode ser feito; porque quando o projeto chegar ao final, vai para a mão do Prefeito e for sancionado, não há volta. O acerto de tudo isso é agora.

Estão presentes do DTP a Sra. Mariana, que nos auxilia muito os meus assessores, também o Sr. Marcos Simões. Então, eu vejo que isso já era para ter acontecido, essas definições no projeto, que é do dia a dia dos senhores. Algumas coisas, eu acho que até foi aprovado pelos senhores, que não têm nada a ver e, ao mesmo tempo, tem; porque até o condutor de automóvel ficou mais protegido e os senhores muito mais, como a faixa azul. Foi bom para os senhores a faixa azul? Foi ótimo?

Então, passar para nós, parlamentares, ao Executivo também, ideias interessantes para os senhores não é para tirar proveito, mas para melhorar o dia a dia, isso tem que ser feito. E não tenho dúvida de que nós queremos o melhor para os senhores, mas tem que ser bom para o todo.

Quantos motofretes nós temos hoje na cidade de São Paulo? Quantos tem, Mariana, por gentileza?

A SRA. MARIANA SANTANA PEREIRA SANTOS – Nós temos regulamentados pouco mais de 8.000 motofretistas.

O SR. ADILSON AMADEU – Eu acho que faz parte de um erro de nós mesmo: o Executivo, os sindicatos, o segmento de aplicativos, que não ofereceram um número positivo daqueles inscritos. Vejam só, estão inscritos 82.000 taxistas, segundo motoristas, na Capital. O benefício do Governo, até agora, só chegou para 2.000, justamente por não haver um cadastro

correto para que as pessoas tenham todos os direitos. Os senhores têm tantos direitos ainda a adquirir, mas tantos, tantos e tantos.

Acho que do motofretista é o maior risco que tem hoje no mundo, porque tem aqueles que respeitam os senhores e tem aqueles que não respeitam, infelizmente. Como também tem muitos dos senhores...

Melhorou muito, hein, nos últimos três anos, só quebraram um retrovisor meu; não, melhorou muito. Hoje mesmo aqui na Consolação o rapaz estava com uma mochila tão grande, que eu acho que ele estava viajando para a Copa do Mundo lá no Qatar. E aí ele bateu duas vezes, devagarinho. Eu aí dei uma puxadinha para cá, mas aí eu já estava entrando na faixa do ônibus, do corredor.

Mas boa parte dos senhores são exemplares mesmo, como tem no segmento que eu defendo também, o dos taxistas. Tem alguns que não lavam o carro, não usam roupa adequada. E todo dia eu falo. Mas que adianta? Para alguns não adianta. O carro é o hotel deles, é a casa deles, é tudo, eles não tão aí – alguns poucos. Mas melhorou muito, muito.

Agora, dentro de todo esse trabalho que está sendo feito, e aproveitando um gancho para o próximo governo do Estado de São Paulo, até linha de créditos para os senhores mesmo, para adquirir moto, para terem todas as condições que os senhores merecem.

Então esse projeto do nobre Vereador Camilo, nosso; e eu tenho um outro que eu estava comentando aqui com o nosso querido Marlon Luz... Vamos tentar adequar cada vez mais e sair, Gringo, com alguma coisa que vai ficar marcada na cidade de São Paulo.

Para isso daí vocês podem contar comigo. Não é a primeira vez.

Eu não tenho amizade tão grande com o Gringo, mas respeito; tenho um pouco mais de amizade com o Gil, respeito também. E respeito todas as empresas que atuam no mercado. Agora, quem está tendo vantagem de tudo são as empresas em que os senhores trabalham. Estão tendo todas as vantagens do mundo. Todas. Agora, vai depender dos senhores.

Quando fala que só tem oito mil cadastrados... Se eu falar, hoje, em rede, o Marlon e o Camilo falarem que o município vai dar um auxílio para todos aqueles que se cadastrarem,

eu não acredito que vocês vão tumultuar o ambiente tecnológico, porque vai todo mundo, hoje mesmo, se cadastrar. Agora, oito mil no universo dos senhores... Eu não vou chutar; mas, se não tiver 400 mil na cidade de São Paulo, é marmelada. Trabalhando com o mesmo trabalho com que os senhores trabalham? Pode ser que não. Tem 50% desse número que eu falei.

Gente, a minha fala é bem de encontro ao quê? Eu só irei assinar o projeto final, o relatório final, quando os senhores estiverem praticamente, a categoria, 80% feliz – para mim, o meu coração gostaria que fosse 100%. E aí não é Adilson que ajudou, não é o Camilo, não é o Marlon, é um geral para a cidade de São Paulo. Vamos sair na frente com uma regulamentação que em outros estados não têm, porque depois eles vão copiar. É bom para os colegas de vocês, para o Brasil todo. Saímos na frente. E já demorou isso aqui. Isso aqui já passou do tempo. Estão havendo essas reuniões e tal, mas acho que precisamos usar a tecnologia, fazer uma grandiosa, para que todos venham, falem, e, definitivamente, resolvamos o projeto, que é para os senhores falarem: “Pô, agora sim, eu estou trabalhando, eu estou ganhando”.

Até teve uma fala aqui sobre alguns motofretistas que ganham muito.

Foi isso que você falou?

O SR. VITOR MAGNANI – Algumas épocas do ano são onde dá o pico. Então você tem oito, nove, dez mil reais, porque é um pico mesmo de entregas.

O SR. ADILSON AMADEU – É, o pico maior...

- Manifestação no recinto.

O SR. VITOR MAGNANI – Tem. É exceção, mas tem. Eu estou falando que existe.

- Manifestação no recinto.

O SR. ADILSON AMADEU – É só uma maneira de colocação. Mas vamos, cada um, entender.

Eu acho assim: a maior informação, a maior visão para todos, para mim, para minha família, foi o que os senhores fizeram na pandemia. Acabou. Acabou. O que os senhores fizeram poucos fizeram. Quem fez o que os senhores fizeram? Só os senhores fizeram, na pandemia, o trabalho; e continuam fazendo. Então está aí, pô, vamos aproveitar tudo isso.

Vamos para o relatório final.

O SR. VITOR MAGNANI – Adilson, se me permite, Vereador.

Aliás, parabenizar e reiterar o trabalho feito pela CPI dos Apps, porque a roda da história só gira se realmente cutucarmos. E eu estou numa posição em que eu recebo crítica tanto dos meus pares quanto de fora. Eu estou numa posição, até em virtude disso, privilegiada, para tentar achar, de fato, as intersecções.

Alguns pontos que você falou são importantes.

Primeiro: qual o número de entregadores?

E aí você vê vários aplicativos na CTI brincando com os números. E o setor sabe que isso não está claro. E isso porque, quando se pergunta quantos motoristas, ou quantos entregadores, existem na cidade de São Paulo, podem vir com dois números, que são totalmente diferentes: o número dos cadastrados e o número dos ativos. Os cadastrados é sempre um jogo de soma, porque, se eu tenho mil cadastrados hoje, neste ano, amanhã entra mais mil. Ou seja, tenho dois mil. Eu não tiro, eu não faço limpeza de base. Eu não pego esses mil que não estão ativos, ou seja, não estão abrindo aplicativo para fazer entrega; eu não falo o seguinte: “Não, eu vou excluir esse cara porque esse cara não está mexendo com corrida”. Então, assim, se for número de cadastrados, é sempre um número muito grande, muito maior do que o número real, que é de quem está todo dia, uma vez por semana ou uma vez por mês fazendo essas corridas.

A grande diferença que eu vejo para o táxi é que o táxi realmente se constituiu como uma categoria de um outro tempo da história, que, quando vemos qual é o perfil, hoje, desse trabalhador do aplicativo, vamos ver que tem o perfil do cara que está lá momentaneamente, não vai ficar lá por muito tempo – está lá porque perdeu o emprego, fica um pouquinho e depois sai. Tem o perfil do cara que faz complemento de renda – faz final de semana, porque está estudando, está com a loja aberta ou tem outro serviço. E tem um perfil que é minoritário mesmo, que temos que ter toda a atenção do mundo, é aquela pessoa que está recorrentemente lá e encara isso como profissão real, digna, uma profissão que ele quer levar para a vida. Para essas pessoas tem que ser dada realmente uma garantia. As empresas são responsáveis por dar, no

mínimo, uma garantia para caso ocorra algum acidente, algum efeito que possa deixá-lo afastado. Essa garantia que está fora de uma legislação do motofrete, nós podemos desenhar aqui. Podemos, porque, quando olhamos para o motofrete, não tem jeito, tem uma legislação federal. E aí isso fica amarrado. Agora, podemos sair daqui com um grande pacto: quais são as garantias reais que vamos dar para essa pessoa se ela sofrer um acidente, ficar afastada? Qual é a responsabilidade das plataformas com essas pessoas? Aí eu acho que estamos seguindo um caminho que só se soma, porque tem o curso do Detran, tem a bolsa de mil reais para quem for fazer o curso, enfim, tem outras coisas com as quais vamos compondo, tirando as taxas e os custos, para essa pessoa se tornar motofretista – que, de novo, nem os entregadores dos Correios têm a bendita da placa vermelha; nenhuma empresa pública tem. Imagina um negócio desse.

O SR. ADILSON AMADEU – É, eu acho que as suas pontuações são muito esclarecedoras. Não tem como não fazermos, todos nós, em conjunto, o projeto valer e ser sancionado. É preciso estar todo mundo junto, de acordo, bonitinho, e acabou. Ouve, sim, os sindicatos, as associações, mas tem que ouvir o trabalhador.

E, mais ou menos dentro, eu também estou fazendo proposta para a categoria dos taxistas, que é assim: vai ter um alcaguete, sim. Viu, Mariana? Vai ter um alcaguete na história dos taxistas, para ver quem trabalha, pelo menos, dez horas, oito horas por dia, porque não adianta ter o carro para usar só no corredor de ônibus. Vai ter, sim, eu faço questão. Podem me xingar, falar o que for. Mas não é justo que aqueles que realmente não estão no batente no dia a dia tenham todos os direitos. A mesma coisa para os senhores. Os senhores estão no batente o dia todo? Não tem problema, pode pôr um sensor em cima dos senhores, que o município vai ficar assustado com o quanto que vocês andam de quilômetros por dia. Não sei se vocês andam 200-300 quilômetros por dia. Mas eu acho que é uma média, não é? É isso?

- Manifestação do público.

O SR. ADILSON AMADEU – Duzentos? É uma média. Então tá.

Agora, quando, numa cidade, infelizmente, agora, sim, eu, o Marlon, o Camilo, todo

o pessoal da CPI e da Comissão de Trânsito e Transporte, olhe a vergonha... é uma vergonha. Eu quero falar aqui porque os senhores estão... aqui, o governo fica escutando. É a maior vergonha: nos últimos 25 anos, não foi feito o estudo do viário.

Mariana, não foi feito o estudo do viário, porque é caro. Caro são outras coisitas que a gente vê no governo. Caro é o que estão gastando na saúde, que estão gastando na educação, que estão gastando, que sabemos que é brutal, que falta, depois, para os senhores.

Então o estudo do viário faz parte também desta comissão de que os senhores participam, de que os meus assessores participam; temos que pedir, sim, o estudo do viário, para ter a condição de falar: opa, tem 140 mil motos trabalhando, ou coisa parecida. Até agora, ninguém sabe nada.

Tá bom assim?

O SR. VITOR MAGNANI – É fundamental.

O SR. ADILSON AMADEU – Eu estou acabando de falar, mas estou à disposição dos senhores. E quero o melhor para os senhores, podem acreditar.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristóforo) – O Vereador Adilson está sendo injusto quando fala em estudo do viário. A última vez que foi feito o estudo do viário foi em 1976, pelo Prefeito Olavo Egídio Setúbal, com o então diretor do DSV, Sr. Roberto Salvador Scaringella, que Deus o tenha.

O Vereador está sendo injusto, né: 76, 86, 96, 2006, 2016, 46 anos. Mas o Vereador Adilson está sendo também injusto ao falar isso.

Eu acho que é muito importante, antes de colocarmos a fala do Marcelo e do Gringo, se vocês toparem, todos que estão aqui à mesa, nós fazermos uma audiência pública com todos, com um representante de cada categoria que está aqui, e damos 30 dias para essas pessoas nos devolverem a conversa deles, Vereador Adilson, dentro dos PLs que já existem, que são um só – vou deixar bem claro.

O PL do Vereador Adilson, da Comissão de Trânsito, do Marlon, do Camilo, é tudo uma coisa só. Vamos fazer como um quebra-cabeça: vamos montá-lo. E vai ser um final para

eles – porque nós temos obrigação de fazer uma cidade melhor. E nós, dirigindo, convivemos com eles. Não é isso, querida?

Então eu acho muito importante vocês sentarem numa comissão, usem a sala da Câmara, usar um auditório da Câmara, ter um representante, quatro, cinco, seis, oito, cheguem a um número para, como diz o Vereador Adilson, atingir os 70-80%, que já seria uma consagração. E aí nós aprovamos.

Eu disse aqui, antes de o Vereador Adilson chegar – e o Vereador tem o mesmo defeito que é o meu, porque é bocudo –, que, do Executivo, eu não vejo boa-vontade nenhuma. Então nós também temos que reunir esse grupo de quatro, cinco, seis, com a Comissão, e nos sentarmos com o Prefeito de São Paulo e perguntar: “Prefeito Ricardo Nunes, o senhor quer a regulamentação da categoria?” “Ah, quero”. “Então vamos tocar pau”. Porque não adianta aprovamos aqui e vetarem lá. Também não adianta isso.

Eu queria a palavra agora do Marcelo.

Marcelo, por favor, assuma a tribuna, o microfone.

Eu o conheci como advogado dos motofretistas; e acompanhando, na época, esse monstro que nós criamos chamado Gringo – está aqui esse monstrengo que nós criamos aqui.

O SR. MARCELO MARQUES – Boa tarde a todos.

Mais uma vez sendo redundante: eu fui motofretista como vocês por nove anos, me formei em cima da moto, cheguei até o gabinete do Vereador com o Gringo, pela Amabr. E ele tanto abraçou a causa, que ele pegou praticamente um representante da categoria para dentro do gabinete dele – e hoje eu represento o mandato do Vereador Camilo.

Sobre a placa, aquela discussão: “O PL 130 vai obrigar a placa vermelha”.

O PL 130 não menciona a placa vermelha, a placa vermelha é obrigatória na lei federal, desde 2009. O PL 130 imputa às empresas a responsabilidade, se elas não trabalharem com motofretista regularizado. Então ela joga a responsabilidade para as empresas. É por isso que as empresas são veemente contra o projeto de lei, porque elas vão ter mais responsabilidade.

Agora, uma coisa que até me chamou a atenção aqui, que o Vitor falou, da *Black Friday*, que o pessoal vai ganhar bastante: eu, em 2017, estava estudando para me formar em direito. E eu saía de casa sete horas da manhã, trabalhava até umas cinco, porque, às sete horas, eu tinha que estar na faculdade. E das sete da manhã às cinco da tarde eu fazia oito, oito e meio, nove mil reais por mês. Eu pergunto pra vocês: vocês, trabalhando até meia-noite, na *Black Friday*, fazem metade disso?

- Manifestação do público.

O SR. MARCELO MARQUES – Outra coisa que eu gostaria de falar, até para a Dra. Patrícia: falar que estamos bem alinhados em relação ao que a senhora falou.

A questão dos 21 anos, infelizmente, foge da competência do município, porque está prevista em lei federal. Se não me engano, é o inc. I do art. 2º da lei federal, que obriga os 21 anos. E eu estava até discutindo com o Vereador Camilo para incluirmos no projeto realmente os ciclistas, porque realmente não faz sentido ter 21 anos, habilitação, porque a lei municipal não diz “motofretista”, ela diz “entregadores de pequenas cargas”. Então temos realmente que corrigir essa lacuna, esse erro.

Outra coisa que eu estava conversando com o Vereador – até tem um representante das Voltz –: é incluir as motos elétricas, porque isso é uma questão de meio ambiente, sustentabilidade. Incluir as motos elétricas também, porque, hoje, a moto a combustão é acima de 125 cilindradas.

O seguro em rota é uma coisa que sempre fomos contra. E a regulamentação, tanto a lei federal como a lei municipal, traz a obrigatoriedade do seguro de vida permanente – aquele com morte, invalidez parcial, permanente; não é esse seguro em rota. Esse seguro em rota é uma invenção dos aplicativos. Depois que começou o debate do PL 130, aí os aplicativos inventaram esse seguro em rota, que, infelizmente, a pessoa se acidente, tem que arcar com os custos, e, depois, pedir reembolso. Se ela não tiver dinheiro, ela não vai usar o seguro.

Em relação aos bloqueios, também estamos bem alinhados.

O Vitor falou dos Correios.

Eu gostaria de deixar claro que um açougue, uma autopeça, que tem as motos próprias da empresa, e que ela contrata os profissionais CLT com Condumoto, tudo bonitinho, elas não têm a obrigação de ter a placa vermelha, elas têm a obrigação de as motos serem categoria carga.

Eu até acredito que os Correios se enquadrem na mesma lógica, porque as motos são dos Correios, não são dos motofretistas. Apesar de eu entender, na questão do transporte, do cara que está entregando a autopeça dele, que ele vende, o remédio da farmácia dele, o transporte não ser remunerado, e eu entender que os Correios fazem um transporte remunerado, mas eu acho que segue a mesma lógica. Acredito que é por isso que as motos dos Correios não são placa vermelha.

Agora eu faço um apelo a vocês: são vocês, como categoria, [que devem] disseminar esse tipo de informação, porque, infelizmente, o que vemos por aí é falta de informação. Você para num bolsão, você vê o motofretista falando, assustado, que vai perder o emprego, falando um monte de coisa que não tem cabimento. E quem está aqui, quem se dispõe a parar um dia de trabalho para se sentar numa cadeira, numa audiência pública, para entender o que está acontecendo, sabe que não é isso. Agora o pessoal que fica recebendo SMS de aplicativo, porque eles fazem isso, são os reis da fake News, adoram passar desinformação, mandam SMS e postagem. Vocês têm que disseminar isso.

O cadastro é importante. Todo mundo se cadastrar, a gente está numa linha que precisa se cadastrar, porque o Município não sabendo quantos profissionais têm, quantos números foram falados aqui, não tem como fazer política pública para vocês.

A gente tem que escutar uma coisa que o Vitor falou e que até me causou estranheza que a minoria é o pessoal que trabalha para o motofretista. Desculpe-me, a minoria é que faz bico. A maioria é de profissionais, a maioria da base são de profissionais de motofrete, não quem faz bico. Até porque é uma atividade de risco, em que o cara sai de casa e não sabe se volta, e não pode ser considerada como um complemento de renda, a não ser o cara que foi motofretista a vida inteira, está trabalhando em outra coisa e tem a sua motinha, é diferente.

Agora, um cara que não tem expertise no trânsito, está acostumado a levar a esposa até o serviço, ele pegar uma Avenida 23 de maio, uma Avenida dos Bandeirantes, uma Marginal Tietê, então...

Desculpe-me, a gente tem que alinhar os assuntos. O gabinete está aberto para alinhar e privilegiar todo mundo. O Vereador Camilo não é louco de deixar ninguém desempregado, muito pelo contrário. Ele quer garantir que os aplicativos parem de fazer o que fazem com vocês. Eles estão rebaixando cada vez mais a categoria, que ganha cada vez menos, com menos garantia, menos segurança. (Palmas) A gente precisa que vocês sejam reconhecidos como profissionais.

Por que o caminhoneiro e o taxista têm que ser profissionais? Por que toda categoria de transporte tem, e os motofretistas não? Podem pegar a moto e fazer bico. Desculpe-me, mas isso para mim está errado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Parabéns, Marcelo. Eu acho que tudo o que você disse representa nas leis que vão se unir numa só e que vai beneficiá-los, porque eu acho que tudo o que se fala é para o bem deles, tanto na comissão de trânsito quanto no PL 130. Tudo isso se dirige ao motofretista.

Nas audiências da CPI, não sei se foi o Vereador Marlon ou Presidente Adilson que perguntou a CEO da Uber teve a cara de pau de dizer que eles eram 4 ou 5 mil na capital, a maior do mundo, mais ou menos assim. Eles vivem de *fake news*. Eles são mentirosos. Eles só querem visar ao lucro, infelizmente. Mas vão tomar uma cacetada da CPI para pagar 1 bilhão do retroativo que não vão enxergar a frente deles.

O homem que eu criei, o monstro, Edgar Gringo.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Boa tarde, pessoal.

Com licença para tirar a máscara, porque é mais fácil de entender. Quero agradecer aos Vereadores pela oportunidade da fala, agradecer aos motocas que compareceram.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Gringo, para não te cortar. No *on-line*, tem muita gente nos assistindo. Nós estamos recebendo muitos *whatsapps*, nós estamos tendo

muita gente acompanhando esta audiência. Então, fale tudo o que tem que falar.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Eu fiz uma divulgação do link, para todos os motocas que não puderam vir e que acompanham as minhas redes. Têm bastante pessoas on-line que não estão conseguindo participar. É muito importante que deixem seus comentários em cima das falas que fazemos aqui.

É importante que vocês venham, como eu havia falado na outra audiência, aqui é como um ortopedista. Não adianta você quebrar a perna e ligar para o médico: “estou com a perna quebrada”. Você tem que ir até ele, esperar a sua vez para ser tratado. Aqui é a mesma coisa.

Quando se tem um problema, como o que a gente tem na categoria, tem que vir aqui. Quando a gente não participa, está sendo omissivo e perde o direito de reclamar depois, porque só vai piorar. Não tem chance de melhorar.

Para quem não me conhece, meu nome é Edgar Francisco da Silva, mais conhecido como Gringo. Vocês viram diversas vezes meu nome citado. Não é porque sou amiguinho de ninguém. É porque faço um trabalho sério e não só aqui como em vários outros lugares que vou é a mesma coisa. Não peço favorzinho. Do tempo que conheço o Vereador Camilo nunca pedi um real, nunca pedi cargo.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Nunca aceitou um cargo.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Nunca pedi nada nem para ele nem para outro. Meu serviço é sério porque sou motoca igual vocês. Não tem diferença. Tenho vinte e um anos nesse período de experiência eu falava: “por que ninguém faz nada por nós, por que é tão ruim assim” eu reclamava com um e com outro. Vi que as minhas reclamações não surtiam efeito. Então, o que eu fiz: não só por essa experiência ruim que eu tive na profissão, mas na vida, tive pai assassinado e irmão na minha frente, apanhei de polícia de forma injusta duas vezes, denunciei isso, o pessoal “você é doido de mexer com os caras”; “eu não quero saber; ele só fez isso porque o primeiro que apanhou não fez nada, por isso que chegou em mim; acabou o ciclo dele”.

Então, eu tenho um histórico de vida, que se eu for falar, acaba a audiência só com essas conversas. Eu tenho um histórico de sofrimento e injustiças, um monte de coisas que eu passei na minha vida. Ninguém sabe qual é a força que eu tenho, por que eu luto tanto, vocês já viram, por causa de pronunciamento que eu fiz aqui, fui ameaçado no dia seguinte. Não por vocês, porque vocês estão comigo, mas por outros. Por que a nossa categoria é assim? Porque a gente nunca teve representante. Vocês se sentem representados por alguém fora a Amabr? Falem mais alto para aparecer no microfone.

Se tem uma lei desde 2019, nunca funcionou; se a gente não tem os benefícios como os taxistas para comprar moto mais barata, isenção de ICMS, isenção de IPVA, é porque a gente nunca teve um representante por nós.

Quando eu cheguei aqui antes do Vereador Camilo e Vereador Adilson Amadeu, era com o Vereador Abou Anni que eu conversava. Muitos de vocês conheceram o Vereador Abou Anni. Ele não sabia do serviço de aplicativo, que entregador trabalhava com o serviço de aplicativo em 2017, para você ver. Como vão fazer alguma coisa para nós se nem sabiam que a gente existia?

Quando eu cheguei no Prefeito Bruno Covas, que a gente teve uma reunião através do Vereador Camilo que levou a gente até lá – uma pausa: o Vereador Camilo já ajudou para caramba a categoria. Eu não fico com ligação para ele. Ele não fica com ligação para mim. O meu negócio é resumido: chega aqui, tem isso para fazer, acha que dá ou não dá. Ele enfrenta. Levou a gente até o Prefeito Bruno Covas, até o Presidente do Procon para denunciar os aplicativos, até o ex-Governador Márcio França que sentou com a gente, ouviu nossa categoria, levei testemunhas para ver que a conversa era séria; levou a gente para dentro desta Casa, abriu um PL para nós, o projeto de lei que trata da categoria. Então, não tenho que ficar fazendo média. Nunca pedi um voto para o Vereador Camilo, nunca. Só mostrei o que ele fez. Isso é o que ele fez, compare com outro Vereador e decida em que Vereador votar. Alguém me corrija se eu estiver errado, porque, para mim, eu não tenho que manipular vocês. Vocês têm que ter o discernimento e saberem votar. Não ir nas minhas ideias, para eu usar vocês, conseguir o meu

e vocês continuarem se lascando. Eu sou contra a manipulação de vocês. Quero que tenham discernimento. Quando eu exponho minha opinião particular, ela é minha. Não é para vocês seguirem. Vocês têm que ter a sua opinião para não serem massa de manobra para não serem usados como muitos já usaram para fazer a própria vida enquanto a gente continua pegando chuva sem saber como é que vai ser no dia em que a gente precisar parar.

Dentro dessa linha e passando para o ex-Prefeito Bruno Covas, que gostou do projeto, de dar uma atenção para a categoria, como foi dito pela excelente fala do Marcelo, quero parabenizá-lo, ele somou muito, não só o Marcelo como o Robson, o Cassio, Lapão, Gustavo, que fazem parte da nossa diretoria, Ari, Juliete, então, mas quem era ativo erámos, Marcelo, Robson e eu, pessoas fundamentais para chegar onde a gente está.

Infelizmente, vocês sabem como o poder público funciona: as coisas partem primeiro do nosso interesse. A gente tem que vir constantemente. A gente viu a evolução. Está subindo um degrau a cada audiência que a gente vem. Então, não é uma coisa que não vai dar em nada, porque a gente já entregou muitos benefícios para vocês: um deles foi o banco do povo, através do Márcio França e do Camilo que levou a gente até lá. Então, muitos estão comprando moto e tudo o mais.

O que estamos passando a vocês é que busquem informação direto da fonte, que não fiquem ouvindo qualquer um como foi dito pelo Marcelo, porque eu, respeitosamente, gostaria de citar uma situação que aconteceu recentemente do Vereador Marlon que colocou uma situação como se a gente quisesse aprovar algo que tire o emprego de alguém. Todos vocês já viram que sou contra apreensão de moto sem dar condição de o cara se regularizar. E essa condição do motoca se regularizar não tem que sair do bolso do motoca, porque a gente já ganha mal. Vocês já viram alguém falando aqui, como representante de aplicativo ou qualquer outro que fala que representa a gente, de valor mínimo justo para a gente receber? Falem mais alto para o pessoal ouvir.

Então, ninguém está falando sobre os valores mínimos para a gente trabalhar e manter a nossa ferramenta de trabalho e viver com dignidade. Só falam disso ou daquilo, mas

que representante é essa que não está vendo o que dói de verdade na gente que está todo dia se arriscando, e o nobre Vereador coloca nas redes sociais que a gente vai tirar emprego. Vocês sabem o quanto que eu ajudo vocês e mostro o caminho. Aqui não é uma...

O SR. ADILSON AMADEU – Um aparte, Gringo.

Eu não quero cortar porque você está com uma fala muito boa, mas vamos entender uma coisa: têm propostas de Vereadores, mas não imagino que queiram prejudicar toda uma classe. Eu seria totalmente contra qualquer Prefeito, qualquer Vereador, se vier contra o trabalhador.

Então, nós estamos indo numa linha – e você inteligentemente está há 21 anos batalhando nessa profissão – vamos usar o útil e o agradável a todos, para que a gente possa, com o Marlon, Camilo, com os outros 52 Vereadores – estamos em três aqui. Para que saia exatamente tudo o que vocês estão há anos batalhando. Às vezes, a gente pode escorregar em colocar uma mensagem, mas ela pode ser corrigida direto com o Parlamentar. Eu não sei, até fiz a pergunta agora, se errou, vamos acertar, nós estamos num momento em que os senhores têm que ajudar com os Vereadores, com bom senso, ver da melhor maneira.

Eu tenho as perguntas para o Prefeito que eu quero fazer, com os senhores ao lado; da mesma maneira que foi no Marcio França, no Procon, algum representante dos senhores tem que estar ao lado quando eu fizer as perguntas para o Prefeito, porque ele vai ter que explicar para o humilde Vereador que é um fiscalizador do Município, por que ele não quer isso? Daí, vamos pôr na rede: “o Prefeito Ricardo Nunes não quer isso para nós”. O que é importante para nós. Parece-me que tem eleição daqui a dois anos, então, vocês são uma força. Quando falam que têm 8 mil cadastrados, mas se vier alguma coisa positiva para os senhores, vai para 200 mil, vai para 300 mil.

Eu só interrompi - peço mil desculpas – porque eu e o Marlon, anos atrás, eu achava que o iria pendurar; ele queria me pendurar, porque com os Ubers da vida, eu como taxista. Hoje, nós vamos entender que quem perde é o trabalhador. Eu nunca esperava um uberista falar para mim que estava entendendo minha proposta, porque nós somos trabalhadores. As empresas,

volto a insistir, elas são tão gigantes que comem quatro feijoadas cada um na hora do almoço, cada CEO, eles só querem para eles, tanto que falam que são tecnologia. Eles só querem para eles. Eu proponho para essas empresas que venham com uma proposta digna para os senhores de uma reserva salarial para cada um que presta serviço, que tenha uma garantia para a família caso venha a acontecer o pior, um óbito. Nada disso.

Por isso, eu tive a felicidade – está o Camilo e o nobre Vereador Marlon – de estar na CPI dos Aplicativos, porque sozinho eu também não iria fazer. Eles gastaram só de advogados mais de 5 milhões, só para virem aqui, porque acham que nós vamos engolir. Como os senhores não têm que engolir, nós também não temos que engolir, vamos fazer o melhor para nós mesmos, que é para os senhores.

Gringo, eu entendo – parece-me que foi uma postagem -, vamos entender que essa postagem tem que ser recuperada para o lado positivo para todos.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – O Marlon falou sobre a audiência pública que foi cancelada, me atacou, e eu acho que é um momento em que nós, depois, conversamos, eu fico bravo na hora, daqui a pouco, está tudo bem, porque não guardo mágoa dele, besteira. Quem cancelou aquela audiência a pedido foi o próprio Secretário que não está aqui, o Ricardo Teixeira, que não veio.

Acho que todos estamos a favor de uma coisa, quando se fala em desemprego, acho que tem que calibrar Edgar Gringo onde entra o desemprego, acho que ninguém quer o desemprego de ninguém, como disse o Marcelo, muito bem colocado.

Então, acho que é um momento em que ou a gente se une ou não vai sair do lugar.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Continuando a minha fala, muito obrigado pelos comentários. Entendi a mensagem. A questão é a seguinte: dentro dessa postagem ficou meio que placa vermelha, só ele quer trabalhar; e placa cinza, não. De forma alguma a gente quer isso. A gente não luta para isso, e as audiências públicas estão abertas. Toda vez que se faz o convite, podem estar vindo. Às vezes, vocês são vítimas, seja de quem está aqui ou quem está em casa, pela omissão de não terem participado, não terem vindo, mas

quando é a sua categoria, sugiro que seja prioridade, porque é o coração financeiro que é a sua vida, que leva o dinheiro para a sua casa, para manter a sua família e realizar todos os seus sonhos.

Então, dentro dessa linha, por que eu citei essa postagem? Porque vocês precisam receber informações de fontes confiáveis sobre a categoria para não se deixar levar por esse tipo de situação que faz com que o aplicativo continue lá em cima, e a gente, se digladiando aqui embaixo, a gente: “você é folgado”; “você que é”; “você que não quer fazer nada, tem que ser profissional”.

Ficamos brigando entre nós e não vamos para lugar nenhum.

Aqui, a gente não está para prejudicar vocês, tanto que a lei da placa vermelha já existe desde 2007 no município, desde 2009, no federal. Então, a gente não está pedindo a Lei da Placa Vermelha, porque ela já existe e já funciona. Eu tenho placa vermelha, um monte aqui tem placa vermelha, ela já funciona. Ela só não é fiscalizada e a gente não está pedindo a fiscalização, a gente está pedindo proteção para vocês.

O artigo 6º do PL fala que o aplicativo que quiser trabalhar com... existe a lei, só para ficar claro, existe a lei e precisa ser cumprida. Se a gente quisesse fiscalização e tirar vocês da rua, nós iríamos ao Ministério Público, denunciava a Prefeitura que não está fazendo a lei funcionar, a gente iria denunciar a Resolução 943/2022, que não está sendo cumprida.

O policial falou na outra audiência que, se não tiver a placa vermelha, ele pode prender a moto. Não está prendendo porque não quer, mas ele tem essa liberdade. Se você não estiver usando esse colete, você pode perder a habilitação ou ser suspensa. E eles só não estão prendendo porque não querem. Mas se quiser, eles podem, a lei está lá, entende?

Não é isso que a gente está solicitando. O que a gente está solicitando é o seguinte: o aplicativo tem a responsabilidade com vocês, porque na hora que vocês se acidentam, vamos lá. O regularizado, cumprindo a lei, ele tem INSS e seguro de vida por morte de qualquer causa, invalidez parcial e permanente. Ele tem isso. Se ele quebrar um fêmur e tiver que ficar nove meses em casa, ele está coberto pelo INSS. Ele ganha alguma coisa.

Entrando na linha do irregular, ele não tem isso. O irregular cai lá e fica largado, o aplicativo lança uma promoção para você indicar outro colega seu e repõe você. Você fica lá largado, você que era fonte de sustento para a sua família, sua família começa a deixar de fazer coisas. Tem pessoas que perdem emprego para ficar cuidando de vocês acamados. Quem vocês acham que vai cuidar de uma pessoa que quebrou uma bacia ou perdeu uma perna? Você acha que ela consegue se virar sozinha? Não consegue. Por isso, às vezes, o filho deixa de estudar, alguém perde o emprego. Essa é a preocupação que a gente tem.

O aplicativo só lucra e deixa vocês ao Deus dará. E na hora de regularizar, a gente entende, da mesma forma que você entende que ler é importante, porque melhora a sua vida; se você não souber ler, é um pouco mais difícil, da mesma forma a gente entende que a regularização diminui acidentes, pelo curso que tem, pelos acessórios de segurança que você usa, pelos EPIs que você usa.

Existe uma lei do trânsito que é: veja e seja visto. Então você fica mais visível, você diminui a quantidade de acidentes por ser mais prudente e por estar mais seguro. Você tem mais chances de voltar para a sua casa, para a sua família, que é o que realmente importa para cada um de nós.

Eu, como um motoca, por conhecer, trabalhar em várias firmas de diversas formas, já enterrei vários camaradas, que poderiam estar vivos hoje, curtindo com sua família, em outro emprego ou nesse, não importa, se ele soubesse o que passa no curso de motofrete, se ele usasse um colete refletivo, coisas bestas que vocês não dão valor, porque vocês estão vivos e esses acidentes não aconteceram, entende? Mas, para quem aconteceu, fica o sofrimento e é isso que a gente quer mostrar para vocês, que a gente não está guerreando placa vermelha contra placa cinza.

A gente está aqui tentando mostrar para vocês que o projeto fala assim: você quer trabalhar com irregular, aplicativo, demorou. É isso. Vai lá. Só que quando esse cara se acidentar, lembrando, isso aqui é uma profissão de risco, uma profissão de risco. O cara para subir no poste para mexer com alta tensão, ele precisa ter curso, ele não sobe, porque é profissão

de risco também. Então a gente está mostrando para o aplicativo: você quer colocar um profissional, uma pessoa para trabalhar nessa profissão sem a capacitação, sem ele ser um profissional antes, pode pôr, não tem problema. O cara está precisando de dinheiro, precisa “trampar”, demorou. Só que seja responsável por ele, já que você não o incentiva a ter a segurança para salvar a vida dele.

Então é nessa linha que a gente está indo. E do Poder Público, Vereador Camilo, Vereador Marlon, Vereador Adilson e outros Vereadores que estão acompanhando esta audiência, a gente espera do Poder Público que dê condições para vocês. Não tem que sair do bolso de vocês o custeio disso. A gente espera poder comprar a moto igual o táxi, bem mais barato, e agora a gente pode tirar o baú para andar com o garupa. A Lei da Placa Vermelha agora permite isso, desde 1º de abril deste ano, permite.

Então você vai poder comprar uma moto com ajuda. O governo do estado hoje já ajuda você com juros muito baixos, que praticamente você está comprando uma moto à vista, parcelada. Ele empresta esse dinheiro sem pagar a quantidade de juros, ou seja, está dando todas as condições. O governo do estado, recentemente, através do Detran, liberou 12 milhões de reais para cada um de vocês, motocas, usarem mil reais para regularização, para que não saia do bolso de vocês.

Então o que a gente enxerga aqui é uma falta de comunicação entre os Poderes Públicos e a falta de pressão. Aquela mesma pressão que a gente vê no comerciante, quando faz alguma coisa errada e a Prefeitura chega, quando a gente comete uma infração e a multa chega, a gente não vê essa pressão em cima dos aplicativos. O que está acontecendo nesta Casa que os aplicativos têm essa liberdade.

Eu peço a esses Vereadores bem engajados que não permitam isso e já denuncio. Estou denunciando os atos dos aplicativos e a quantidade de entregador que vem morrendo ou ficando sequelado, bloqueado, não tem chance de se defender e não tem uma tabela de preços mínimos. Não estamos falando para tabelar o nosso preço igual o táxi, porque a gente sabe que o táxi é uma concessão pública e esta Casa não tem esse poder de fazer com nós, que é privado.

Mas a linha que eu estou passando para os nobres Vereadores é na linha de: peraí, vocês podem deixar os valores livres, do jeito de vocês, mas menos que isso aqui o cara não pode ganhar porque ele não consegue manter a família dele, não consegue manter a ferramenta de trabalho, ele não consegue manter a seguridade que ele precisa e, nesse caso, não pode pagar menos que isso e, além disso, tem um reajuste anual. Ser obrigado a ter um local aberto para receber a gente, quando for bloqueado injustamente; ter a chance de saber por que que foi bloqueado e ter a chance de se defender. Isso está na Constituição.

Então a gente pede para esta Casa que não é poder nosso fazer isso, é poder desta Casa. Por isso pedimos uma comunicação melhor entre o Poder Público, porque o Detran vem fazendo, o Detran liberou curso gratuito, só não faz quem não quer. Está livre, o curso é gratuito, eu fiz, eu renovei o meu curso através do curso do Detran e foi supersimples.

Indico a vocês que repassem essas informações e a importância que eu estou passando para vocês de saberem um canal, uma fonte confiável para que vocês não fiquem caindo em lorota dos outros, não fiquem brigando entre a gente. A gente tem a mesma finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Você me dá um aparte, Gringo?

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (Gringo) – Pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Quantos vocês são na Amabr?

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (Gringo) – A Amabr tem três mil motofretistas.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Vocês todos usam esse padrão de uniforme, de jaqueta, tudo?

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (Gringo) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Qual é o número de acidentes com vocês?

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (Gringo) – Quase nada, tipo, com óbito. A gente tem uma parceria com uma corretora que conseguiu um seguro de vida mais em conta para vocês que têm as coberturas exigidas pela lei. Em quatro anos, mais de 17 mil seguros, três

óbitos por acidente, dois por covid e um por AVC.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Covid não conta.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (Gringo) – O que eu estou querendo dizer é que a mesma quantidade de morte natural, foi a mesma quantidade de acidente, por quê? Porque a gente é regularizado, porque a gente cumpre tudo o que pede a lei e essa segurança que a gente está querendo levar para os demais.

Agora, concluindo a minha fala, só para eu não me estender mais, a gente precisa que o Poder Público ajude da mesma forma que a gente viu que se o Detran, através do governo do estado, conseguiu liberar 12 milhões para dar mil reais para cada um motoca se regularizar, da mesma forma dá para os aplicativos se esforçarem um pouquinho. Porque eu não sei se todos lembram, no começo dos aplicativos, eles deram várias coisas para a gente, por que não dão os itens de segurança? Eles só dão o que faz propaganda para eles, ou seja, eles não estão dando, eles estão investindo na propaganda deles para a gente ficar com o nome deles nas costas, andando para tudo quanto é lado. Ou seja, eles podem sim. Se no início, quando eles estavam começando a crescer, eles poderiam dar baú, poderiam dar mochila, davam um monte de coisas, davam jaqueta e tudo o mais, por que eles não podem hoje que eles já estão estabelecidos, o dinheiro já está entrando, eles estão vendo o retorno do negócio.

Então precisa que esta Casa, além de ajudar a fazer com que a Lei do Motofrete funcione, de forma adequada, que dê tempo para vocês se adequar, mas um tempo com final para que: “olha, chegou nesse ponto aqui, pessoal, já chega, já deu”. É para segurança de vocês. Se esta Casa entender que a conta que é feita, o custo de um acidente daria para regularizar 20 motocas, *pô, véio*, por que não está fazendo? É o nosso dinheiro no final.

Segundo o IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, o custo de um acidente, pasmem, o custo de um acidente para a sociedade é 65 mil reais, para a sociedade. Então quanto a gente poderia investir na prevenção, levando segurança para vocês, fazendo com que a moto fique mais barata, isenção de impostos, isenção de taxas, que vocês fossem mais profissionais, cada vez ter um nome mais respeitado, fosse diferenciado, nossa profissão

não fosse usada por bandidos para cometer crimes. Tudo isso seria evitado se a lei estivesse funcionando.

A gente não está pedindo aqui para arrancar vocês da rua. A gente está pedindo para dar condições e pegar firme em cima dos aplicativos para que eles ajudem a regularizar, já que eles só lucram, lucram, lucram e na hora em que eles pegam o lucro, eles jogam para fora do país, nem aqui no país é gasto. Eles deixam um caos no nosso Sistema Único de Saúde, porque eles estão colocando pessoas sem capacitação para exercer a profissão.

Então quando falam que essa profissão está dando emprego para as pessoas, lembrem-se desse detalhe que eu vou falar para vocês: está dando emprego, está dando trabalho, na realidade, porque emprego é quando tem carteira registrada. Está dando trabalho para vocês, mas muitos de vocês estão saindo do desemprego e estão indo parar no caixão. Muitos de vocês estão saindo do desemprego e estão ficando amputados, estão ficando sequelados para o resto da vida, dependente de pessoas que antes era você que sustentava.

Essa é a minha contribuição, minha fala. Eu sou o Gringo, da Associação Amabr. Quem quiser, a gente está disposto a ajudar e jamais, em momento algum, eu fui contra essa profissão. Então quem fala diferente do que estou falando aqui, que prove, porque não tem prova, eu falo com segurança aqui.

Eu quero agradecer a todos vocês. Espero que eu tenha conseguido passar mensagem e conto com vocês para que vocês me ajudem a disseminar a mensagem real e não acreditem nessas falcatruas, porque é uma tática de guerra o aplicativo tentar colocar a gente contra a gente, para que eles continuem lucrando enquanto a gente briga entre nós. Beleza?

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Obrigado, Gringo.

Antes de passar a palavra ao Vereador Marlon, quero cumprimentar o engenheiro da CET, Júlio Rebelo, que está nos acompanhando *on-line*. Depois, há inscritos.

Com a palavra, Vereador Marlon Luz.

O SR. MARLON LUZ – Obrigado, Vereador Camilo.

Tenho alguns pontos que já relatei ao Vereador Camilo antes. Tenho algumas preocupações em relação ao projeto 130. Iniciando pelo projeto de lei, claramente, ele diz que altera a redação dos artigos 2º, 3º, 6º, 8º, 13 da Lei 14.491. Então já existe uma lei no município de São Paulo, a 14.491, e o que me preocupa nessa lei é que no artigo 12, já consta, por exemplo, a existência da placa vermelha. Quando está alterando e deixando claro – vamos dizer assim – que os entregadores de aplicativo se enquadram dentro dessa lei, logicamente, no meu entendimento e essa é a minha preocupação, você está forçando todos os entregadores atuais a colocarem a placa vermelha.

O PL 130 coloca diretamente a exigência da placa vermelha? Não, mas ele altera a redação de um projeto de lei já existente. Essa é a minha preocupação. Cada vez que eu falo, nas minhas redes sociais, sobre placa vermelha é por causa disso. Porque simplesmente está alterando, colocando os entregadores de aplicativo dentro de uma lei que já exige a placa vermelha.

Sei que muitos vão questionar: ah não, mas já deveriam estar seguindo essa lei. Aí cabe interpretação, mas não foi discutido ainda em relação à interpretação dessa lei. O ponto da placa vermelha, quando eu menciono, é em relação a isso.

Eu defendo, inclusive, o curso. Acho que precisa de um treinamento sim para poder trabalhar na profissão, mesmo que seja entregador, vamos colocar como motofretista, como entregador de aplicativo. Eu defendo que tem que ter um treinamento, talvez igual ou parecido com os treinamentos que os motofretistas fazem. Quando tem números e comprovações, em minha opinião, não existe opinião quando há comprovações. E é verdade sim que os motofretistas são muito mais cuidadosos com o trabalho, com os acidentes, tem um número super-reduzido de óbitos e o mesmo não acontece com os entregadores. Acredito sim que um treinamento ou um curso, algo nessa linha, pode viabilizar sim. Só não acho que alterando essa Lei 14.491, vai ser a solução.

Fico preocupado, a Lei 14.491 tem muitas exigências, muitos detalhezinhos, tem o custo adicional da placa vermelha, que não adianta responsabilizar, a lei está colocando lá.

Preocupa-me a Lei 14.491 e acho que poderia estar no PL 130, que não prevê, outros modais. Então automaticamente quando se regulamenta e fala do modal motocicleta, mas não fala de outros modais, como patinete, como a bicicleta, ou a pé, que também existe, estão sendo excluídos esses outros modais de entregar. Essa também é uma preocupação que eu também tenho com o PL 130 atual, que eu acho que ele por não regulamentar, ele exclui dessa atividade esses outros modais.

E excluindo esses outros modais, nós temos alguns problemas: menos entregadores e, para o paulistano, que cada vez mais pede entregas, aliás, eu praticamente quase todo o dia faço um pedido de entrega e, carinhosamente, muitos entregadores me reconhecem quando vão entregar na minha casa algum jantar ou algo assim.

Vamos falar um pouquinho sobre bloqueio. Acho que o projeto de lei também poderia também estar tratando sobre bloqueio. Eu sou autor do projeto de lei em que os aplicativos de transporte, as OTTCs, não os de entrega, eles têm que dar o direito de defesa para o motorista de aplicativo. Acho que o mesmo vale para os entregadores. Tenho ajudado diversos entregadores com apoio jurídico em processos contra os aplicativos para serem reativados, muitos até são reativados através da minha ajuda, da ajuda que eu dou para os entregadores.

Aqui eu estou falando com um olhar pelos entregadores de aplicativos. Respeito muito a categoria dos motofretistas, que já existe, que já fazem e tem um trabalho realmente muito parecido, muito semelhante. E eu entendo que tem propostas diferentes, tem jeitos diferentes. E esse projeto poderia tratar também sobre esse item do direito de defesa.

Vereador Camilo, eu tenho que me retirar, porque tenho outro compromisso, assim como o Vereador Adilson também já se retirou e pediu que eu avisasse.

Essas eram as minhas contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Ótimo. Obrigado pela presença.

O SR. MARLON LUZ – E tenho essas preocupações com o projeto. Perfeito? E acho que até poderiam ficar como sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Obrigado por participar, por estar

presente. Vereador Adilson também. Obrigado, Vereador Marlon.

Quero chamar Sérgio Rocha Diniz. (Pausa) Vagner Nunes dos Santos. (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Não, tem cinco aqui, é isso?

Vitor Queiroz, por favor, pega o microfone, fica à vontade, se apresenta, por favor.

O SR. VITOR QUEIROZ – Boa tarde.

Eu vou pedir para tirar a máscara. Boa tarde a todos. Eu sou o Vitor, sou entregador de aplicativo, placa cinza. Gostaria de falar um pouco da minha história.

Eu não comecei trabalhando com moto, comecei trabalhando de bicicleta e eu percebi que a cidade de São Paulo tem pouquíssima estrutura para as pessoas que trabalham de bicicleta. Antigamente nós tínhamos um recurso dentro do ônibus que era um espaço onde você conseguia levar a sua bicicleta lá dentro, se você morasse muito longe do local de trabalho.

Como o meu exemplo, eu moro no Jardim Aracati, eram 2h30 para chegar no Itaim Bibi. Eu pedalava todo dia e depois, depois descobri esse recurso. Eu fiquei sabendo que esse recurso foi tirado, infelizmente. Os novos ônibus hoje não comportam mais essas bicicletas. Então precisa ser feita uma alteração também na PL para incluir esses entregadores de bicicleta.

Foi com isso que eu comecei. Eu estou aqui falando por eles porque eu já trabalhei, sei como é difícil, cara, trabalhar de bicicleta, pedalar dez horas por dias, articulação doendo, problema na articulação. Eu sei como é essa realidade.

Agora, falando sobre moto, hoje eu trabalho com moto. Eu percebi que a PL 130 não inclui os entregadores de moto com baixa cilindrada, a Pop 110, a verdinha; não está incluindo esses trabalhadores nessa PL, precisa ser incluído.

E faço um questionamento aqui, que eu não vi ainda, que precisa ser feito para o estudo da PL. É a seguinte: se o cliente não quiser pagar por esse serviço que vai ficar mais caro, através da regulação, regulação gera custo, e se as plataformas saírem do País, o que vai acontecer? Então quero que seja feito o estudo dentro da PL 130.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Vitor.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Vitor.

O SR. VITOR QUEIROZ – Então, mas saiu da Colômbia.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Vitor. Espera só um minuto, gente. Vitor, deixa só o...

- O Sr. Presidente faz soar a campainha

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Só fazer um comentário na sua fala. Esse PL 130 não pode falar das motos verdinhas da Motu, porque isso é lei federal e aqui é uma Câmara Municipal, não tem o poder de passar por cima da lei federal. Então esse PL não irá incluir as motos abaixo de 120 cilindradas. A gente pode até comentar sobre as motos elétricas para fazer a equivalência da potência, para que elas possam ser usadas, mostrando que elas são acima de 120 cilindradas. Mas se quiser mudar a cilindrada da moto, precisa ser na jurisdição federal.

E quanto aos aplicativos saírem do País, eles podem sair, porque antes de eles estarem aqui a gente já trabalhava sem eles e a gente pode montar o nosso próprio aplicativo, a Prefeitura pode montar o próprio aplicativo, podemos nos reformar em termos de fazer cooperativas. Então esse não seria um problema, seria até algo em benefício da categoria, se acontecesse.

Só esses dois comentários sobre a sua fala. Eu peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Vamos lá, Vitor.

O SR. VITOR QUEIROZ – Vamos lá, continuando.

Em relação a baú, hoje eu amarro a minha *bag* junto com o meu baú da Givi, eu não levo mais peso nas costas. Mas o que eu gostaria é que fosse permitido placa cinza usar baú também, que isso ajudaria muito, seria muito viável para nós. E não ser obrigado a pagar licença, se tornar um placa cinza para isso, acho que seria interessante colocar no estudo também.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – De jurisdição federal também, esta Casa não ajudaria.

O SR. VITOR QUEIROZ – Beleza. Então vamos lá.

Gostaria que fizesse um estudo da Marginal Pinheiros para colocar faixa azul. São as partes mais perigosas de São Paulo, foi onde eu sofri meu primeiro acidente.

Bom, eu queria somente trazer isso a público, apenas esses pontos. Agradeço a atenção de todos. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Obrigado, Vitor.

Mais alguém se inscreveu daqui, presente? Do pessoal que está aqui, alguém quer comentar alguma coisa? Mariana?

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Vereador, deixa eu fazer um pequeno comentário. Desculpa me estender.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Você gosta de falar, não é? Pode falar à vontade.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Eu gosto de informar. A Mariana está aqui do lado, ela está representando a Secretaria de Transportes e deixa claro, houve na fala do Vitor, houve em outras falas, sobre o tempo de adequação. A gente está tratando disso para evitar que qualquer um fique fora disso.

Então está acontecendo já, ninguém está sendo esquecido sobre o tempo de se regularizar, essas coisas, está sendo tudo tratado nas reuniões, que se chama Grupo de Trabalho da Secretaria de Transportes, que trata desse tempo, que cada um de vocês vai poder fazer um cadastro provisório. Esse cadastro vai chegar na “somativa” dos números de quantos motocas existem, para o poder público saber quanto que será necessário para investir para regularizar a categoria, sem ir nessa linha predatória de tirar vocês fora, mas de trazer profissionalismo, trazer segurança para que a gente... Só regularizado que a gente vai conseguir uma tabela de preços mínimos com reajuste anual. Sem regularização não vai existir. Quem achar que vai, não vai.

Você gostaria de fazer algum comentário sobre esse grupo, Mariana, e o tempo?

A SRA. MARIANA SANTANA PEREIRA – Esse grupo de trabalho foi instituído pela

Secretaria de Transportes e Mobilidade Urbana e tem como objetivo exatamente evitar a fiscalização antes da regularização desses profissionais. A ideia é dar condições, tempo, prazo para que vocês providenciem tudo aquilo que é preconizado em lei e, ao mesmo tempo, é o tempo também que o poder público tem para se preparar para todos esses motofretistas serem regularizados da maneira mais simples e econômica possível, tanto para nós quanto para o profissional motofretista.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Obrigado, Mariana.

O SR. VITOR MAGNANI – Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Pode falar, Vitor, por favor.

O SR. VITOR MAGNANI – Muito obrigado.

Bom, eu queria só fazer breves comentários sobre a boa fala do Gringo, do Marcelo; eu acho que trouxe pontos muito importantes. Alguns podem ser tratados no Município, outros não.

Por exemplo, a grande discussão que é a remuneração, Marcelo disse aqui que antes, quando ele fazia aplicativo, ele ganhava sete mil reais; foi quando ele conseguiu se formar etc., e hoje não está assim.

Sabe por que não está assim? Imagine você na cidade de São Paulo inteira ter apenas duas padarias. O que você acha que ia acontecer, o preço do pão ia aumentar ou ia diminuir? Ia aumentar, correto? Então o seguinte: quando você tem concentração econômica, a gente não tem um ambiente propício para as plataformas brigarem entre si pela remuneração, pelo repasse, certo?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. VITOR MAGNANI – Isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. VITOR MAGNANI – Aí eu concordo com você.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. VITOR MAGNANI – Eu vou dar um passo além.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. VITOR MAGNANI – Sim.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. VITOR MAGNANI – Não, não.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. VITOR MAGNANI – Eu sei.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. VITOR MAGNANI – Sim.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. VITOR MAGNANI – Agora...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Queridão, precisa... Você pergunta... Se
você quiser participar, pega o microfone. Eu acho melhor. Vem aqui, levanta.

O SR. VITOR MAGNANI – Eu vou...

- Manifestações concomitantes.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Faz a pergunta que é importante, que
consta também tudo das Notas Taquigráficas. Se apresenta.

O SR. NELSON RODRIGUES – Boa tarde. Desculpa. Meu nome é Nelson.
Brevemente, eu trabalho com aplicativo desde 2017, tem cinco anos, é um prazo relativamente
que deu para aprender muita coisa.

Estou com essa jaqueta aqui, vocês que trabalham na rua conhecem, ganhei isso
aqui. Gostaria de ter comprado, mas isso aqui eu reputo como uma ferramenta de trabalho para
quem enfrenta frio, calor, toma chuva, toma sol, enfim. Tenho o colete.

E eu comecei porque eu estava desempregado, eu mal tinha conhecimento,
obviamente eu conhecia... Já entreguei *pizza*. Eu sou da época que entregava *pizza* a pé, existia
um ou outro motociclista, não existia essa atividade em larga escala como tem hoje. Enfim, caí
nessa atividade por conta do desemprego.

A partir de então, me cadastrei, fui procurar entender na plataforma da ocasião. E quando surgiu a oportunidade de se regularizar, porque eu vi que eu ia ter ganhos maiores. Eu até posso falar, na época foi a Loggi. Eu me inscrevi, tomei conhecimento, fiz o curso de motofrete pela CET.

Acho que cabe, como foi falado aqui, vocês também buscarem informações de fontes oficiais, isso é muito importante. “Ah, ouvi dizer isso, ouvi dizer aquilo.” Pô, entra no *site* do Detran, entra no *site* da CET, a própria Prefeitura acho que tem *links* que esclarecem muitas coisas.

Fiz o curso, tirei minha licença, me regularizei para trabalhar corretamente e aí poder ganhar mais. Na época, até o aplicativo incentivava isso. Só que, assim, o aplicativo viu que ele poderia ter mais lucros se eles conseguissem trazer todo mundo para trabalhar na plataforma, independente se era placa vermelha ou placa cinza. A partir daí começou essa briga, o aplicativo começou a lucrar cada vez mais.

A gente sabe que não tem uma atividade que não tenha um entregador fazendo, participando, dando seu suor, dando seu trabalho, seja alimento, seja medicamento, seja contrato de grandes empresas que existem, seja entrega de uma encomenda que se faz pelo *site*, entendeu? Então, assim, tudo passa pela roda dos entregadores de moto, entregadores de bicicleta. Como foi falado, tem muita gente que entrega a pé, tem o pessoal que entrega de carro também, então vocês que estão na rua estão cientes disso.

Então, assim, quando o Vitor falou da concentração, realmente, quando se concentra, está na mão de poucas empresas, eles têm o monopólio ali. Eu vou falar para vocês: esses caras – vou citar nomes -, iFood, Loggi, Lalamove que chegou, desbancou a Loggi e está no mercado, essa James, os caras se conhecem. Eles se conhecem, eles se conversam, eles estabelecem preço. Então, assim, eles saem para tomar café juntos e estão explorando a gente cada vez mais.

Então, assim, enquanto tiver o que foi falado aqui novamente, essa disputa de placa cinza e placa vermelha, eu particularmente, pensamento meu, eu acho que se existe a lei, a lei

deveria ser cumprida. E aí os órgãos competentes deveriam estar fiscalizando, regulamentando, fazendo valer a lei.

Outra coisa: todo mundo sabe que para as pessoas tomarem ciência, se conscientizarem, é necessário educação. Então, assim, cabe ter planos, projetos que incentivam as pessoas a estudarem, a entenderem. É importante todo mundo aqui saber o que tem de direitos exercendo a atividade, os deveres também que é importante.

Então, assim, voltando ao que o Vitor falou, as duas empresas concentram ali, têm o monopólio e elas vão estabelecer. Só que, assim, para isso que é necessário que exista uma lei. Por exemplo, como foi falado já, que se tenha um valor mínimo. É absurdo, a gente vive... A economia do País não está bem faz tempo, a economia mundial não está bem faz tempo, aí a gente pode citar um monte de fatores. Quem aqui, que a maioria deve fazer supermercado, você vê que os preços das coisas todo dia estão inflacionados. Então, como foi falado pelo Edgar ali, tem que ter também um reajuste, tem que ter aquele teto mínimo e para ser reajustado.

Uma coisa que eu acho absurda: os aplicativos que falam que são empresas de tecnologia estabelecerem o preço, o valor do trampo de cada um aqui. O cara tem a manutenção da moto, o cara tem a refeição.

Eu conheço outro aplicativo, estou trabalhando num outro aplicativo, ele faz uma atividade que eles criaram, que, assim, muitas vezes o entregador vai buscar um *delivery* em algum restaurante, eles dão a opção, por exemplo, de o cliente pagar um lanche para o entregador. Tem uma casa que eu vou, sempre acontece isso, sabe? Eu estou querendo dizer, não precisa ser feito isso, mas os caras sequer pensam: “pô, o cara saiu 7h da manhã de casa, tomou café, trabalhou a manhã inteira”. Os caras não procuram fazer nada para trazer benefício, “ah, vamos criar um método, pô, o cara trabalhou cinco horas, quatro horas, ele tem direito a um vale refeição em algum lugar; trabalhou o período da noite...” Nem isso os caras pensam, eles estão cada vez mais interessados em lucrar, lucrar, lucrar.

Acho que é de dir... Eu, assim, eu penso também... Eu não sei nem por que essas empresas se estabeleceram aqui, cresceram, o serviço é necessário, a tecnologia está aí, isso

é uma coisa sem volta. Só que, assim, está caminhando para a gente chegar numa época que vai substituir todo mundo, vão colocar drone e robô, e aí vai ser outra discussão.

Porque, assim, os caras que estão lá sentados, que, como foi falado, as empresas investem aqui de forma mentirosa, pegam os lucros e depois vão embora, você não vê benefício nenhum. Morre profissional todo dia, todo dia fica profissional sequelado, amputado, como o Edgar falou, com uma pessoa precisando cuidar e não acontece nada.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha;

O SR. NELSON RODRIGUES – Tem o custo para a saúde, sabe? Então, assim, as empresas estão lá, todo mundo usa, a sociedade usa. Eu, por exemplo, sou um pouco avesso a isso, eu não uso; eu vou, busco, incentivo o pessoal a consumir próprio e...

Desculpa, o seu nome?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NELSON RODRIGUES – Vitor. Foi falado da questão de se saírem os aplicativos, se saírem os aplicativos as empresas vão abrir de novo. De repente, o restaurante que você trabalha, que ele trabalha, que ela trabalha, vai montar uma equipe ali, de repente vai assinar carteira de trabalho. Aí muitos vão falar: “Pô, eu não quero ser CLT que ganha pouco”. É outra discussão.

Eu acho que o piso é ridículo, é ridículo pelo perigo que cada um enfrenta todo dia.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Vamos encerrar, querido?

O SR. NELSON RODRIGUES – Obrigado, Camilo. Obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – O teu nome? Perdão.

O SR. NELSON RODRIGUES – É Nelson, Nelson Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Parabéns pela tua lucidez. Parabéns pela tua colocação. Você não agrediu ninguém, você foi superlúcido, você colocou exatamente o que vocês passam. E os drones vão chegar mesmo, como você falou, você tem razão. Parabéns pela tua postura. (Palmas)

O SR. NELSOS RODRIGUES – É como o Edgar falou, se a gente fosse contar as

experiências que eu imagino que cada um tem aqui no dia a dia, daria livros, daria tema de muita coisa...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristóforo) – Parabéns pela tua posição, parabéns.

Você é um profissional exemplar.

Vitor, vamos lá, que nós vamos ter que encerrar.

O SR. VITOR MAGNANI – Primeiro, Nelson, obrigado pela interrupção. Boa colocação. Eu vou te dizer: a gente tem, dentro da associação, mais de 170 empresas; de aplicativos de entregas é o que tem o maior número. Obviamente que não temos todas as empresas. Eu já vou, de antemão, falar para você: você tem razão, precisa ter uma discussão de remuneração mínima, ponto.

Agora, é aqui no Município? Não, sob pena de ter uma lei que depois vai ser judicializada e cair. Tem que ser no âmbito federal.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. VITOR MAGNANI – Sei. (Risos) Então, aí eu vou voltar para o meu outro ponto, porque isso que é bom da audiência, não é a gente ficar aqui de palestra, é a gente trocar ideias.

Então, assim, se o setor está concentrado e poucas empresas estão ali, naturalmente, chegando num denominador cada vez mais baixo, o que a gente tem que fazer é ter mais empresas de tecnologia, inclusive de vocês. Inclusive de vocês, de ter uma parceria com algum fundo, alguma instituição que fala: “Eu vou topa a briga de vocês, eu vou fazer uma plataforma de vocês e vocês vão trabalhar lá”. A gente não tem que ter menos, porque se a gente tiver duas padarias na cidade, acabou. Qual que vai ser o preço desse pão? Não tem como fazer isso.

Então, só para concluir, Vereador, novamente, muito obrigado pela possibilidade. O motofrete não é o motofrete que é uma atividade de risco, é a atividade de estar em cima de uma moto e andando. É isso, independentemente de ser motofrete ou não. Então, assim, tem muita coisa do motofrete que não tem nem...

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Vitor, me permita. Desculpa, perdão de te interromper. Mas a questão do motofrete se diferencia um pouquinho do fato de andar de moto pelo tempo de exposição. Quem usa moto como o motociclista só vai e volta do trabalho ou para passeio, já quem exerce a profissão tem muito mais horas. Alguns vão de oito a 14 horas.

O SR. VITOR MAGNANI – Concordo.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – O tempo de exposição é maior. Por isso, que essa pessoa precisa de uma capacitação adequada para poder exercer a profissão.

O SR. VITOR MAGNANI – Concordo. Então é o seguinte...

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Quando ela ganha mal ela corre mais. Ou seja, quanto menos ganha mais acidente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Nós temos de ouvir o pessoal *online*, por favor.

O SR. VITOR MAGNANI – Eu concordo, Gringo. Só para encerrar esse papo.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Só conclusão. Quanto mais acidente, mais custo para o Poder público, mais famílias sofrendo, mais crianças sendo criadas sem pai. Esta Casa acaba perdendo, o Município perde, todos perdem. Por isso, precisa ter valores justos para o entregador. Isso a gente só vai ter a partir do momento que houver uma regularização adequada, onde todos consigam acessarem, dentro da condição de cada um que é possível fazer, desde que o Poder Público pegue pesado com os aplicativos e façam com que os aplicativos cumpram as regras. Porque no final todos saem lesados, o município, o estado, o país, o motoca, a família dele e o aplicativo lucrou.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Vamos lá gente.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Jogou o crédito lá para fora.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Eu queria só pedir para o João Paiva, ele está *on-line*?

O SR. JOÃO PAIVA – Estou, sim.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Obrigado pela participação. João, três minutos para sua fala, por favor.

O SR. JOÃO PAIVA – Maravilha. Boa tarde, pessoal.

Primeiro, quero agradecer a oportunidade de discutir esse tema que é importantíssimo. Espero que a gente consiga encontrar um denominador comum no final dessas conversas, um caminho que seja adequado e viável para a gente seguir.

Vou me ater somente ao capítulo motocicleta, da Lei 14.491. Como representante da Voltz Motors do Brasil, uma fabricante genuinamente brasileira de motocicletas elétricas. Começamos em Pernambuco, agora estamos com uma fábrica em Manaus, produzindo motocicletas e motonetas elétricas.

A gente tem encontrado certa dificuldade através de clientes com a regulamentação dos nossos produtos junto ao órgão municipal de trânsito, em razão do artigo 12, em específico Inciso III, não reconhecer as motocicletas elétricas e fazer referência somente à unidade de cilindrada, que é essencialmente uma unidade de medida volumétrica, relacionada aos motores de combustão interna.

Então o ponto que a gente busca contribuir para... (Falha na transmissão) ...eletromobilidade que é tão importante para a redução de pegada de carbono, para a melhoria da qualidade de vida nas grandes cidades.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Para economia do bolso do motofretista.

O SR. JOÃO PAIVA – Com certeza. É bastante vantajoso comparado aí com as motos movidas a combustão. A ideia é justamente trazer uma solução que seja competitiva para esse mercado.

Fica a nossa sugestão, a nossa colaboração, no intuito de promover mudanças no mecanismo legal e incluir as motocicletas elétricas, que já no âmbito federal a gente já consegue e tem bastante... (Falha na transmissão) ...que reconhece esses veículos...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – João, essa lei é de 2007. Em 2007, faz tanto tempo que o Corinthians foi campeão naquela época, já passou o tempo. Nós estamos

agora falando de 2022. Nós temos de ajustar a lei e levar ao Secretário dos Transportes, porque isso é importante.

Esta semana eu conversei com um menino que estava de bicicleta e ele disse: Camilo, eu estou andando de bicicleta porque não dá para andar de moto. É óleo, é pneu, é gasolina. Eu estou andando de bicicleta. Eu perguntei o quanto ele andava. Ele falou que andava quilômetros e quilômetros/dia. Mas ele falou um número que era inacreditável o que ele pedalava.

A gente tem de ajustar isso sim. Fica ao motofretista a opção pela combustão, pelo elétrico e também dar isenções fiscais para ele na cidade de São Paulo. Porque se a cidade quer seguir a modernidade deverá adotar a eletricidade, ou seja, também tem de favorecer os meninos. Não é isso, João?

O SR. JOÃO PAIVA – Isso. Maravilha. A ideia é essa. Nós estamos com um projeto muito legal na cidade de São Paulo, colocando estações de troca de bateria, que é um dos limitadores, hoje, do uso da motocicleta de maneira constante, por causa da bateria, a gente consegue ter uma autonomia razoável para as baterias das motocicletas elétricas.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Qual é a autonomia?

O SR. JOÃO PAIVA – Em torno de 100 quilômetros com duas baterias. A ideia das estações de troca é se ter autonomia infinita, porque você vai ao posto, como se fosse abastecer a sua motocicleta, você pega as suas baterias e coloca na estação descarregadas e pega as carregadas. Pode ser uma bateria, da maneira que preferir, é até uma vantagem, porque nós queremos vender as motocicletas sem bateria, até para ser mais competitivo com relação ao custo, comparado às motos a combustão.

Fica a nossa contribuição, o nosso interesse de fazer essa mudança nesse mecanismo legal, porque como você disse está bastante defasado em razão da data da sua promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Obrigado, João, pela participação. Nós podemos mexer aqui.

O SR. JOÃO PAIVA – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristóforo) – Inclusive, a lei das tomadas elétricas é minha nesta Casa. Quase apenhei há três-quatro anos das grandes construtoras que não queriam gastar, quando coloquei a lei das tomadas elétricas. Hoje, é uma realidade que já chegou e está ficando atrasada, ou seja, as tomadas elétricas já viraram. Os novos empreendimentos anunciam as garagens com tomadas elétricas.

Obrigado pela participação, João. Um abraço e saúde para você. Sucesso.

Mais alguém quer falar? Vamos lá que a gente quer encerrar. Seu nome.

O SR. LUCAS DE SOUZA LOPES – Com licença. Boa tarde a todos. Meu nome é Lucas, sou motofretista, placa vermelha. O que está acontecendo em São Paulo, nobre Vereador, é o seguinte: o trabalhador é um número. Esse número só é bom enquanto ele der lucro, enquanto tem demanda.

Você vai fazer o cadastro no aplicativo é muito fácil. Você tem internet no celular, vai lá com alguns cliques e faz um cadastro no aplicativo. Aí vai do aplicativo se ele ativa o cadastro ou não.

Ninguém tem garantia aqui de que amanhã vai ganhar o mesmo que ganhou ontem. Entendeu? Só que o custo aumenta. Hoje eu fiz 200, amanhã eu faço 100 e olhe lá. No fim do ano, o aplicativo soma milhões de lucro. A gente está falando de muito zeros. Os profissionais que trabalham dentro das empresas, os desenvolvedores, os engenheiros são registrados. Têm 13º, férias.

No ano passado, eu sofri um acidente. Está aqui a cicatriz na minha mão, coloquei dois parafusos na mão no Hospital Estadual da Vila Alpina, porque a gente entra no órgão público, que é o DTP, faz o cadastro, faz tudo, mas não temos o direito de usar o Hospital do Servidor Público. Há muitos servidores públicos que têm direito a parte do nosso. Não é só a gente que tem placa vermelha, tem a Fiorino, o táxi, o caminhão. A lei para a gente é MEI. Por que é MEI para o motoboy? Porque MEI tem um teto de R\$ 6.750,00, por mês, se eu passar disso, tenho de contribuir para a Receita Federal, tenho de pagar uma multa. Então eu fico ali.

O Governo Federal fez uma lei para o caminhoneiro que o MEI dele é diferente, o

recebimento pode ser maior do que 81 mil, por ano.

A gente fica refém dos aplicativos porque eu só posso ganhar até R\$ 6.750,00, por mês. Isso vai dar R\$ 225,00, por dia. Há profissional liberal que ganha muito mais do que isso, por dia. Para nós entram os custos como a manutenção, a vida útil da moto, entram várias questões que não entram na conta do aplicativo quando ele calcula a distância do restaurante para a casa do cliente, ou a distância do endereço A para o endereço B.

Não é só um aplicativo de entrega de comida, são vários aplicativos prestando diversos serviços diferentes como entrega de documento, de pacote de venda de internet, entrega de alimentação, de remédio. Tem que fazer uma legislação para cada tipo de entrega. Se uma entrega é de documento, não pode ser o mesmo preço de entrega de alimento.

O aplicativo quer que você chegue no restaurante e fique lá mais de meia hora de graça. Ele quer pagar a metade de uma entrega que é a distância de um lugar para o outro, só que o tempo é dinheiro. Quanto ganha um profissional que trabalha numa casa como esta? Para passar o dia aqui quanto que ele ganha? Quanto é a diária para ele estar aqui? É um valor alto.

A gente fica dentro de um restaurante durante 40 minutos, uma hora, para o aplicativo sai de graça.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Lucas, me permite um pedaço da sua fala aqui? Não só você fica lá parado, como você está impedido de pegar outro serviço. Você fica à disposição do aplicativo, quanto tempo ele quiser, mas você não ganha nada por isso.

O SR. LUCAS DE SOUZA LOPES – Exatamente.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Só para fazer complemento da sua fala.

O SR. LUCAS DE SOUZA LOPES – É assim, a gente vai lá, como eu falei no início, é fácil fazer o cadastro. Agora, se acontecer qualquer coisa...

Vamos supor, eu trabalhei durante a pandemia todos os dias. Fui diversas vezes para o hospital com suspeita de Covid, tenho os exames, entendeu? Fiz teste de Covid. Graças a

Deus eu não peguei, não levei Covid para a minha família, graças a Deus. Mas eu conheci muita gente, inclusive, gente que morreu por causa da doença.

Não são só aqueles números que passam na tela da televisão, não. A gente que está lá na rua, o morador da periferia, ele vê o que acontece de verdade. Muitas vezes a gente é esquecido. Eu fui esquecido. Eu sofri o acidente não veio um aplicativo na porta da minha casa perguntar se eu precisava, pelo menos, de uma cesta básica. Eu tive de recorrer ao INSS.

Como eu disse, a gente tem que ganhar R\$ 6.750,00, por mês, porque é a lei do MEI. A Prefeitura pede para a gente se cadastrar na Subprefeitura, fazer o cadastro para emitir nota fiscal. E quando a gente emite a nota fiscal fazendo o cadastro o que acontece? O aplicativo usa o nosso serviço como entregador, só que quando ele vai emitir a nota fiscal ele emite como se a gente tivesse coletando serviço deles. Como se a gente fosse até eles, pedindo para trabalhar para eles, e a gente paga para eles. Está errado isso.

Eu tenho de ir na Prefeitura fazer o cadastro para emitir a nota fiscal para os clientes, porque na nota fiscal está escrito o quanto é contribuído por cada serviço. Eles usam esse recurso, porque eles entram no cadastro positivo da Prefeitura e emitem a nota deles como se eu trabalhei o mês inteiro e é como se eu estivesse comprando um serviço deles, se eu tivesse comprando o aplicativo. Só que não.

Eu fui no celular, fiz o cadastro. Coloquei todas as minhas informações porque eles pedem tudo. Conta bancária no seu nome, comprovante de endereço, seguro de vida. Há muitos que nem isso não pedem. Eles só querem que você seja habilitado.

Eu vejo o Sr. Marlon que defende os motoristas de aplicativos. Os aplicativos ajudam os motoristas de Uber a alugar carros. Eles têm parcerias com as locadoras para alugar carros. Por que nós não temos?

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Não têm nada. Vocês não têm nada.

O SR. LUCAS DE SOUZA LOPES – Por que nós não temos essa parceria? Eu mesmo, estou com o documento na mão, são três mil e pouco para pagar de multa agora, no dia 30, que tomei multa na pandemia, daquele radar que colocaram na Nove de Julho. Foi feita uma

lei, que não pode ter radar escondido. Eles tiraram o radar, mas a multa fica.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Eu sou o mestre dos radares. Acabei com a maior pegadinha do Brasil. Novembro de 21, que começou a valer. Aí você fala comigo que eu vejo com você isso aí.

O SR. LUCAS DE SOUZA LOPES – Aí assim, eu tenho multa do tempo da pandemia quando passei no sinal vermelho. Não fui parado, nada. As multas não chegam, não pude recorrer, não pude fazer nada. Aí agora chegou o documento.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Isso eu avisei que ia chegar tudo de uma vez só.

O SR. LUCAS DE SOUZA LOPES – Aí chegou o documento que era para eu licenciar a moto.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Ninguém aguenta. Ninguém consegue.

O SR. LUCAS DE SOUZA LOPES – Quando eu fiz o motofrete não existia essa lei de bloqueios diversos. Por isso que é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Vamos lá, Lucas. Vamos encerrar. Depois quero tratar desse assunto pessoal.

O SR. LUCAS DE SOUZA LOPES – Eu só queria concluir mais uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Pode falar.

O SR. LUCAS DE SOUZA LOPES – Depois do meu acidente, eu entrei na Caixa e ganhei mil e cem reais, da Caixa, porque o meu MEI é contribuinte de um salário mínimo. Só que eu tenho o teto de R\$ 6.750,00. Eu trabalho o mês inteiro para conseguir chegar naquele teto, quando acontece alguma coisa eu só ganho mil reais?

Eu ainda fui vítima daquele Sr. Lúcio, ali. Ele fala que é do Centro de Defesa de Vítima de Trânsito, e dessa advogada que é quem digita os contratos dele, me deu um golpe. Ele tirou três mil duzentos e pouco da minha conta, falou que ia entrar com o DPVAT, para mim. Emitiu uma nota fiscal no meu nome, sem o meu consentimento, falando que eu contratei serviços de uma empresa que está localizada dentro...

A empresa dele tem três nomes: Centro de Defesa de Vítimas de Trânsito, DPVAT Brasil, DPVAT Já, Almeida e não sei o quê Fisioterapia. O cara ainda tem coragem de vir aqui numa sala pública, numa audiência pública, onde tem vários pais de família, trabalhadores aqui falar que defende a gente, que defende a nossa classe.

É por isso que está desse jeito. Ao invés de virmos aqui para discutir melhorias, não só para a gente. Como o rapaz falou ali, concluindo a linha de raciocínio dele, eu fui, eu comecei a trabalhar de *bike*. Mas por quê? Porque o iFood não ajuda você a alugar uma moto. Começou a trabalhar de *bike* porque lá no começo, se você tivesse o benefício de poder ir numa Honda, da vida, e alugar uma moto. Porque essas empresas que vem com esse negócio de Mottu aí foi porque fabricaram um monte de motos, durante a pandemia, em 2019, e ninguém comprava as motos.

O que eles fizeram? Cortaram um monte de aplicativos. Eu mesmo fui bloqueado da Loggi sem motivo, nunca fui para uma acareação. Já fiz mais de não sei quantas mil entregas para a Loggi e nunca fui para acareação. Fui bloqueado injustamente antes do Natal de 2020, porque caiu a demanda, perdeu um monte de clientes. O Mc Donald era um cliente que a gente tinha de *delivery* que pagava muito bem, pagava retorno, pagava espera, pagava tudo.

Aí o iFood falou assim: vocês estão ficando pobres porque estão pagando motoboy, vem com a gente que a gente traz tudo para vocês. Traz bicicleta, traz *bike*, traz cara a pé e vocês pagam só a entreguinha. Se eles tiverem de ficar aí, vão ficar meia hora, 40 minutos, em troca de dois ou três reais, que é a metade da entrega. A gente ganhava 20, às vezes, ganhava 30 reais por espera. Porque o Loggi Presto pagava 24 reais de espera. Uma hora de espera no restaurante era 24 reais. Valia a pena esperar.

Se chegasse no cliente que não quisesse receber o pedido, desse algum problema, não estava, a gente ganhava o retorno. Chama os entregadores de pergunta, quem está ganhando retorno, quem está ganhando espera na cidade de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Lucas, o Gringo quer fazer uma pergunta.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Deixa eu fazer uma pergunta.

Você falou do rapaz, aí, que deu o golpe no seu DPVAT e tal, e tudo mais. Você poderia, brevemente, em 30 segundos, explicar para o pessoal o que foi que aconteceu, para que outros não caiam em situações como essa?

O SR. LUCAS DE SOUZA LOPES – Com certeza, porque eu vim aqui hoje para isso. Os meios que nós temos para nos defender são esses. Eu sou trabalhador. Eu não concluí uma faculdade. Eu não sou uma doutora com uma OAB e o único meio que temos é vir aqui e expor a situação do jeito que foi. O que aconteceu? Eu procurei pela internet uma ajuda para poder receber o benefício. Eu estava precisando porque eu sofri um acidente.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Esse benefício é do DPVAT?

O SR. LUCAS DE SOUZA LOPES – Do DPVAT. Aí, o que é que acontece? Ele fica fazendo publicidade nas coisas da classe. Inclusive, ele fez uma publicidade para um companheiro nosso, que é o Theo Jaquetas. Eu tenho mais de oito jaquetas dessas, que eu ganhei, de aplicativo, tudo do Theo. O Theo faz um contrato com eles porque o produto deles é de qualidade. O que é que acontece? Ele foi até o Theo e pediu para fazer uma publicidade para eles, dizendo que eles são o DPVAT Brasil, que eles conseguem o benefício de até 13 mil reais, que eles vão atrás, que eles lutam por nós.

Porém, você chega lá e ele fala, assim: “Olhe, vamos cobrar 30%”. Eu ganhei dois contos. Olhem o que aconteceu comigo: eu ganhei dois contos e pouco, do seguro DPVAT, pela minha lesão. Ele foi lá e emitiu uma nota fiscal, dizendo que eu contratei um serviço de fisioterapia por R\$ 2.650,00, sem que eu sequer estivesse trabalhando. Eu nem estava trabalhando e eu contratei um serviço?

Como eu sou de classe baixa – eu sou prestador de serviço, eu não sou rico –, então, eu não declaro meu imposto de renda. Minha declaração é o MEI, lá, a declaração anual. Aí, o que é que acontece? Se eu fosse declarar esse valor, de onde é que eu tirei esse dinheiro para dar para ele, para ele ir lá, pedir ressarcimento para a Caixa? Ele está sendo processado pela Caixa. Ele sabe do que eu estou falando. Ele sabe o que ele fez. Ele é errado. E você não fez só comigo.

Entretanto, eu estou tendo o direito de poder vir aqui, porque estamos na luta, correndo atrás de melhoria. Queremos melhoria. Queremos ganhar retorno. Queremos espera. Queremos qualidade de vida. Se os aplicativos tiverem de ir embora, vão com Deus. (Palmas)

O iFood é a marca iFood, mas ele representa a Just Eat, que é uma empresa de tecnologia da Inglaterra que faz serviço de transporte de alimentos, lá, em Londres. Eles pagam em euro. Pagam superbem para o pessoal, lá. O pessoal sai do nosso país para ir trabalhar lá. Eles vêm para cá e, como eles sabem que há uma legislação, o que eles fazem? Eles disfarçam.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Aqui não há legislação.

O SR. LUCAS DE SOUZA LOPES – É, não há. A legislação é só para mim, porque eu tenho de parar no sinal vermelho. Eu tenho de cumprir as regras.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Agora, eu lhe recomendo, Sr. Lucas, dirigir-se a uma delegacia de polícia e fazer uma queixa-crime. Aqui, não é lugar para isso. É a melhor coisa. Pegue testemunhas, faça uma queixa-crime, com documentos provando a veracidade dos fatos, e acompanhe o assunto, porque, se alguém praticou crime, tem de fazer como o Camilo Cristófar. Aqui, é o seguinte: eu tenho 300 ações contra o Camilo, nesta Casa. É gozado que é tudo por ser briguento, mas nenhuma por ser ladrão, por desviar dinheiro público, nada. É tudo porque eu falo e eu faço. Então, eu já percebi que o senhor é uma pessoa esclarecida, um lutador, um trabalhador. Vá a uma delegacia de polícia, se quiser, faça uma queixa-crime e coloque tudo que tenha a colocar. Ou seja, quem fez errado vai pagar e quem não fez errado vai provar que não fez. Vamos encerrar.

O SR. LUCAS DE SOUZA LOPES – Só para concluir, senhor, eu entrei na Caixa. Para vocês verem, comecei a receber mil reais e acumulei algumas dívidas, devido ao fato de estar sem trabalhar, sem conseguir cumprir com os meus compromissos. Aí, o que foi que aconteceu? Eu ainda estou passando com o médico. Eu ainda estou esperando a decisão do médico, se eu estou com algum bloqueio mecânico na mão, se é alguma coisa assim, e eu não tenho benefício nenhum. Nenhum aplicativo me ajudou.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Lucas, deixe-me fazer só mais uma pergunta, a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Não, gente. Vamos encerrar. Não dá mais tempo. São 15h. Só um minuto...

Sr. Lucas, obrigado pela tua colocação.

O SR. LUCAS DE SOUZA LOPES – Sou eu quem agradece a oportunidade, pelos senhores estarem olhando para nós, também.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristóforo) – Obrigado. Agora, foi citado o nome de alguém?

Não foi citado o nome de alguém?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristóforo) – Dê licença, querido. Citou o seu nome? Então, por favor, o senhor tem o direito a três minutos, ao microfone.

O SR. LUCAS DE SOUZA LOPES – O documento está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristóforo) – Dê licença, Sr. Lucas. Obrigado.

O SR. LUCAS DE SOUZA LOPES – Obrigado ao senhor. Boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristóforo) – Venha aqui, ao microfone. Tem três minutos, por favor, porque a TV Câmara São Paulo também tem seus compromissos. Nós temos de encerrar. Obrigado.

NÃO IDENTIFICADO – Eu quero esclarecer. Para quem não conhece, a DPVAT Brasil existe há 16 anos. Não é um ano, nem são dois anos, apenas. A DPVAT Brasil é a única empresa no Brasil mantenedora do Centro de Defesa das Vítimas de Trânsito. Para quem não conhece o Centro de Defesa das Vítimas de Trânsito, entrem lá: vitimadetransito.com.br. É a única instituição que brigou com a Caixa Econômica Federal, para poder pagar justamente a indenização de todas as vítimas de trânsito. Eles teimam em pagar R\$ 13.500,00 e deveriam ser de 40 a 50 mil reais. Gente, faz somente 16 anos que as indenizações de vítimas de trânsito não são atualizadas no DPVAT.

Por que é que o Lúcio está sendo processado? Porque nós falamos que a Caixa Econômica Federal roubou e continua roubando. Eu tenho um processo na Caixa Econômica Federal, pedindo para eu não falar mais mal dela, que ela paga erradamente. Esse é o ponto.

O Centro de Defesa das Vítimas de Trânsito está em 15 estados brasileiros. Merece muito respeito. Não é qualquer instituição. O Centro de Defesa das Vítimas de Trânsito foi a única instituição que brigou e continua brigando com a Seguradora Líder, no Ministério Público Federal, com a Dra. Patrícia, no Tribunal de Contas da União, em Brasília, e em outras séries, pedindo, justamente, a equiparação e o dinheiro de volta, que a Seguradora Líder roubou de todas as vítimas de trânsito.

Então, eu acho que, para que demos a cara no Ministério Público Federal, no Tribunal de Contas da União, na CGU e na AGU, não é qualquer instituição que pode dar a cara para isso.

Eu quero só fazer uma pergunta e eu gostaria que ele fosse muito verdadeiro. Só uma pergunta eu vou fazer para ele: se o Lucas fez ou não, ou iniciou o tratamento na clínica. Lucas, seja verdadeiro, por favor. Pronto, acabo aqui minha palavra.

- Manifestações simultâneas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Gente, se começarmos a discutir, nós vamos fugir da regra.

O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA (GRINGO) – Vereador, uma coisa importante: o DPVAT não precisa de advogado para vocês receberem. Então, tomem cuidado para não contratar empresas que roubam.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Cristófar) – Pronto, aí, você coloca isso nas suas redes. Obrigado. Vamos lá.

Vamos agradecer à Sra. Mariana Santana, ao Sr. Marcos Simões, do DTP, ao Sr. Julio Rebelo, da nossa CET, ao Sr. Edgar Gringo, que é esse monstro que eu criei e que hoje é o cara mais chato da categoria, mas é um menino de ouro, que merece todas as nossas glórias, à Sra. Patrícia, dos entregadores, ao Sr. Vitor Magnani, que nos ajudou muito, a todos vocês.

Vamos fazer, agora, uma audiência grande, com todos os representantes, para parar de enrolar. Vamos fazer uma lei em 30 dias. Vamos pegar as leis e tentar juntá-las em 30 dias, para entrarmos, no máximo, em fevereiro ou março, com uma votação, para resolver a situação do motofretista de São Paulo.

Que Deus acompanhe a todos – Deus no coração, proteção para todos. Cuidem-se, pois a Covid está voltando. Cuidem-se, porque, se vocês ficarem uma semana parados, pelo amor de Deus, porque vocês dependem do dia a dia, porque vocês são os heróis da Covid. Eu falo isto sempre e repito: vocês estão no coração deste Vereador.

Um abraço para todos e paguem o almoço para o Sr. Gringo, por favor. (Palmas)